



Anais da Assembléia

N.º 04

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 002 SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1984.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Fiori Luiz.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basilio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliese, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinatti. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada definitiva do Projeto de Lei n.º 204/83, de sua autoria, constante na Orden do Dia da Sessão de Hoje, em 3.ª Discussão. Após a aprovação deste, REQUER ainda o arquivamento do referido projeto, na forma regimental.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja suspensa a sessão do dia 25 de abril do corrente ano, data em que o Congresso Nacional vota a emenda do Deputado Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas para Presidente da República.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Diante do momento histórico que atravessa o País nada mais justo que todos os parlamentares, numa atitude de vigília e apoio àqueles que decidirão os rumos do Brasil, se dirijam à Brasília, para assistir, acompanhar e apoiar a votação da emenda Dante de Oliveira. Temos certeza que a presença de parlamentares de todos os Estados no dia 25 de abril só virá a fortalecer os Deputados que ainda estão indecisos a tomarem uma decisão favorável a aprovação de emenda de tal relevância.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido dia 27 de fevereiro do corrente ano do Doutor ALVIM MESSIAS.

O extinto exerceu o cargo de Juiz de Direito nas cidades de Sertanópolis, Santo Antônio do Sudoeste, Cascavel e Francisco Beltrão, onde se aposentou em 1980.

O falecido, deixou viúva a Sra. Cornélia Xisto Messias e os filhos José Alvim Filho e Eraclés Messias, Juiz de Direito Substituto da Comarca de entrância final de Curitiba.

Requer ainda, que o presente seja dado conhecimento à digníssima família do Doutor ALVIM MESSIAS.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento, na data de ontem, nesta Capital, do Dr. Edegard Chalbaud Sampaio, vulto ilustre do saber jurídico paranaense e que vinha ocupando o cargo de Diretor da Faculdade de Direito de Curitiba.

O extinto, que teve a maior parcela de sua vida ligada à ciência jurídica e às artes do Paraná, exerceu, também, em outras oportunidades a diretoria da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e a presidência da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê, tendo em ambas deixando as marcas indeléveis de sua dedicação e competência.

Assim sendo, ao prantearmos esta figura ilustre, que deixa uma lacuna difícil de ser preenchida no corpo docente da Faculdade de Direito de Curitiba, na sociedade paranaense, solicitamos seja dada ciência do presente requerimento à família enlutada, com a qual compartilhamos a dor de tão irremediável perda.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osvaldo Correia da Silva, vereador pelo Município de Matinhos, ocorrido no dia de

ontem. Após a aprovação deste dê-se ciência à família enlutada e ao Senhor Presidente da Câmara daquele município.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra.

ANTONIA GABARDO MAIDER, ocorrido em Palmeira, neste Estado.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr.

PALMIRO VACCARI, Diretor do Jockey Club do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUEREM voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante e agricultor tradicional de Nova Prata do Iguaçu, CÂNDIDO RIZZOTTO, ocorrido no dia 6 de março p.passado.

Solicitam, outrossim, que a família — viúva e filhos — bem como a Câmara Municipal de Nova Prata do Iguaçu sejam cientificados dos termos deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA e
EDGAR PIMENTEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Reverendo José Ferreira Filho, ocorrido no último dia 20.

Com o inesperado e lamentável acontecimento atribui-se uma irreparável lacuna pois o erudito Pastor e Líder da Comunidade Evangélica de Curitiba, Professor da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná e Conselheiro de entidades e pessoas, que deixou o nosso convívio, era dotado de notáveis talentos, ressaltando-se o dinamismo espiritual.

Requer, ainda, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Comunidade Evangélica de Curitiba e a Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de Congratulações à Editora Jornal das Cataratas Ltda., pela edição do periódico "JORNAL DAS CATARATAS", de circulação dirigida, sobre assuntos eminentemente turísticos, tendo como Diretor e Editor Antônio Cirilo e Francisco de

Alencar, respectivamente.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A edição do "Jornal das Cataratas", com enfoque de assuntos relacionados à área de turismo, editado em Foz do Iguaçu e de circulação dirigida a nível nacional, vem preencher importante setor da área de comunicação turística, especialmente por tratar-se Foz do Iguaçu do quarto pólo turístico nacional.

A abordagem de assuntos relacionados à "indústria sem chaminés", por certo irá contribuir para o aprimoramento, incremento e desempenho das atividades turísticas a nível nacional.

Dessa forma, solicitamos, através da Assembléia Legislativa, o reconhecimento por este empreendimento, através do Voto de Congratulações, do qual solicitamos seja dado conhecimento ao Diretor Antônio Cirilo e ao Editor Francisco de Alencar, da Editora Jornal das Cataratas Ltda, à Rua Belarmino Mendonça, 821, em Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações pela passagem do 20.^o (vigésimo) aniversário do Município de TELÊMACO BORBA, a ser comemorado no dia 21(vinte e um)do mês em curso.

Requer outrossim, que seja dado conhecimento ao Executivo e Legislativo daquele município, que se transforma com uma rapidez impressionante, mas que não perde as suas características de origem.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) PÉRICLES PACHECO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de indicações ao Excelentíssimo Senhor Claus Magno Germer, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, a instalação, na cidade de Umuarama, da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Umuarama constitui-se na cidade polo onde convergem todas as atividades agropecuárias, comerciais, industriais e estudantis de mais de duas dezenas de municípios circunvizinhos e mais os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul estreitamente ligados com Umuarama.

Esse aspecto autoriza-nos fazer realidade as insistentes manifestações dos segmentos interessados no IAPAR, como órgão apoiador, orientador e fomentador da expansão agrônoma da mais promissora região do nosso Estado que por suas potencialidades deve receber o nosso esforço maior.

Contando com o decisivo apoio de Vossa Excelência, formulo agradecimentos em nome da Região que tenho a honra de representar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a

realização de estudos visando avaliar a possibilidade de se proceder a construção de várias obras, assim como diversas melhorias na Escola Estadual de Corumbataí do Sul-Ensino de 1.º Grau, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

Aquele educandário vem enfrentando inúmeras dificuldades decorrentes de uma estrutura condizente aos padrões de ensino a nível de Primeiro Grau, conforme relato da Senhora ELZA RETAMERO VELTEN, Digníssima Diretora e que não dispõe de recursos próprios para a execução dos seguintes itens:

- a) Construção de um muro.
- b) Reformas totais dos sanitários.
- c) Reformas gerais do piso das salas de aula.
- d) Calçamento do pátio escolar.
- e) Móveis para a secretaria geral: arquivo e escrivaninhas.
- f) Eliminação da deficiência ou falta de água.

Espera-se, em razão do apresentado, que essa Pasta autorize a imediata reestruturação daquele estabelecimento educacional de grandiosa importância para o Distrito de Corumbataí do Sul, elevando com isto as condições de ensinamento por parte do professorado e de maior grau de aprendizado pelos estudantes.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Dr. Luiz Cordoni Júnior, Excelentíssimo Secretário de Saúde do Estado do Paraná, apresentando-lhe reivindicação da Câmara de Vereadores de Sarandi, através do edis, Elisa de Almeida Caust, Joel de Souza Moraes, Celso Guerreiro Alvarenga e Francisco Gomes de Alencar, na qual solicitam seja contratado um dentista para, através do posto de Saúde daquele município, atender a aproximadamente 3.000 alunos carentes que estudam nos colégios locais.

No caso de impossibilidade da contratação proposta, solicitamos estudos visando o atendimento via Distrito Sanitário de Maringá.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Secretário de Estado do Interior, Senhor NELTON MIGUEL FRIEDRICH, providências no sentido de viabilizar a implantação da rede de esgoto na sede do município de Colombo.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

O saneamento básico é meta prioritária do Governo do Estado e, em qualquer gestão a nível municipal.

Colombo, município pertencente a região metropolitana de Curitiba, com uma população se aproximando dos cem mil habitantes, ainda não conta com uma rede de esgoto na sede do município.

Estão sendo usadas as galerias de águas fluviais com aquela finalidade, o que vem causando é uma série de transtornos às populações circunvizinhas.

Sendo obra de mais alta importância para o município, sua implantação não mais pode ser postergada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja autorizado a imediata liberação de remédios para o Posto de Saúde localizado no Município de Mariluz.

Em face de crescimento cada vez mais acentuado do número de área de plantio da cana-de-açúcar para fornecimento de matéria-prima para uma usina de álcool próximo a Mariluz, tal cultivo emprega grande quantidade de trabalhadores rurais, os chamados bóias-frias. Neste sentido, é grande o número de homens, mulheres e crianças que necessitam de um atendimento médico preventivo e de primeiros socorros, não havendo no entanto, condições para tal.

Em razão do exposto, espera-se por parte dessa Pasta, um atendimento mais condizente à realidade rural da população daquele município, cujos encargos sociais aumentam ainda mais, notadamente em função da usina de álcool, cujo ICM fica no Município de Moreira Salles, sobrando para Mariluz tais responsabilidades sociais.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Ex^{mo} Sr. Governador do Estado e Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que, com efeito retroativo a partir de 1º de janeiro do corrente ano, façam com que incluídos estejam no Quadro Próprio do Magistério, com direito à percepção de vantagens inerentes aos avanços diagonais por tempo de serviço, Os Professores Efetivos do Projeto Logos II, valendo salientar que quase todos eles são de avançada idade.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ex^{mo} Sr. Governador de Estado e Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que corrijam a histórica injustiça legada ao Governo do PMDB, relativamente ao não-reconhecimento dos direitos dos professores regentes de classe há decênios e que, apesar de haverem cursado um dos treinamentos do Projeto Logos, não foram contemplados com o direito à percepção de benefícios alusivos às progressões diagonais por tempo de serviço e previstas no Quadro Próprio do Magistério.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Na última Assembléia Estadual dos Professores do Paraná, chamou-nos particularmente a atenção um grupo de professoras idosas, a exemplo de IDA ALBACH, que apesar dos 66 (sessenta e seis) anos de idade, ainda leciona no Município de Palmeira, na escola rural do Distrito de Quero-Quero e IVANI STELE, docente da escola "Pe. Carlos" em Ponta Grossa e que, apesar de já contarem com mais de 30 anos de magistério, ainda estão à espera de regulamentação de sua situação funcional

junto à SEED, para se habilitarem, com previsão de condições de sobrevivência, à solicitação de aposentadoria. Entretanto, além do testemunho de vida por elas mesmas sintetizado, segundo as palavras dos próprios professores do Logos II, "todos os professores não habilitados e que estivessem regendo classe tiveram a possibilidade de participar do mencionado Projeto, a fim de qualificar-se e poder ingressar no Quadro Próprio do Magistério". Alegam ainda as Professoras que "houve a promessa por parte dos coordenadores do Projeto Logos II, da imediata passagem destes professores ao Quadro Próprio do Magistério e que, após terminarem o curso, alguns professores tiveram que esperar de 06 meses a 01 ano para o enquadramento, sendo que outros, que ainda não o foram, tiveram a notícia de que terão de ficar na indefinida expectativa do diploma para depois requerer isoladamente o enquadramento." Lembram os queixosos que "já estão com idade avançada, havendo o caso de várias professoras sexagenárias ainda estarem regendo classe, sendo que algumas delas já contam com 36 (trinta e seis) anos de serviço". Afirmam que "o curso foi criado para aperfeiçoamento destes professores e também para corrigir injustiças, já que todos deram a vida pela Educação, na maioria das vezes lecionando em locais de difícil acesso, em escolas isoladas onde à função de professora, acumularam a tarefa de zeladora, merendeira, diretora etc".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Exelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Exelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando à instalação de um escritório local da ACARPA no Município de Santa Fé.

Santa Fé tem como a sua base econômica a agricultura onde possui um dos melhores índices de produtividade na Região de Maringá, da qual ela pertence, produzindo diversos cultivos destacando-se, a soja, o algodão, o milho, o arroz e o feijão, sendo que tais produtos são consumidos na própria região e o restante da produção é escoada pelas diversas vias de ligação deste município, contribuindo deste modo, para a economia do Estado assim como do Brasil.

Por isso é de Capital importância que sejam realizados estudos apropriados visando a instalação do escritório local da ACARPA, pois viria de encontro à ansiedade dos proprietários de aproximadamente 450 propriedades agrícolas, perfazendo um total de 12000 alqueires.

Outrossim, REQUER, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Ex.^{mo} Sr. Prefeito Municipal, ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal, aos Ex.^{mos} Srs. Vereadores Municipais e aos respectivos Ex.^{mos} Srs. Presidentes dos Diretórios Municipais do PDS e PMDB

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado das Finanças, solicitando-lhe a instalação de uma Agência Bancária do Banco do Estado do Paraná, no Município de Engenheiro Beltrão.

O Município de Engenheiro Beltrão é um dos mais prósperos em nosso Estado, onde a sua base econômica é a agricultura, possuindo um dos melhores índices de produtividade da região de Campo Mourão da qual ele pertence, produzindo diversos cultivos destacando-se o milho, a soja, o trigo, a algodão, entre outros.

Outrossim, requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal, aos Ex.^{mos} Srs. Vereadores Municipais e aos respectivos Ex.^{mos} Srs. Presidentes dos Diretórios Municipais do PDS e do PMDB.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que dêem aos professores que se aposentaram antes da vigência do Estatuto do Magistério, tratamento igual ao dispensado aos aposentados da era pós-estatuto, concedendo-lhes mudança de símbolos, avançados diagonais e percepção das diferenças de vencimentos a partir de 1976, em faixa de igualdade com os neo-aposentados.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes a regulamentação funcional dos Professores Aposentados Mais Antigos do Paraná, que apesar da existência do Quadro Próprio do Magistério, ainda são regidos pela lei 6.174/70, não se lhes reconhecendo, portanto, a identificação legal e a condição funcional de professores. Aos "avós e avós" do magistério paranaense, que outorgada seja sua inclusão no Quadro Próprio do Magistério, com direito a todas as vantagens inerentes a esta situação, enfeixando-se de uma vez por todas os professores aposentados do Paraná em apenas 01 (um) Quadro Situacional, ao invés dos múltiplos Quadros e Subquadros que agora existem.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

As razões invocadas pela própria categoria dos mais velhos professores aposentados do Paraná, que em tom jocoso estão clamando por "Solução Imediata de sua situação funcional por já estarem com o pé na cova", por si só fundamentam convincentemente o que estão pleiteando. Segundo alegam, "são eles os mais prejudicados da Rede Oficial de Ensino, pois que embora PROFESSORES, continuam a pertencer ao Quadro de Pessoal do Poder Executivo, tendo perdido até a identificação de mestres... na "varredura" da aposentadoria. "Segundo alegam, "por ocasião da Lei do Enquadramento (Lei 6892 de 20 de julho de 1977 e publicada no Diário Oficial nº 101 de 25 de julho de 1977) não se facultou ao professor aposentado a inclusão no Quadro Próprio do Magistério, e este segmento ficou relegado para o Quadro de Pessoal do Poder Executivo, como que se os professores aposentados da época não tivessem qualificação. Durante os anos de 76 a dezembro de 81, esses professores recebiam pelos seus

níveis antigos, abaixo do PA 1. Injustiçados, os professores aposentados também levantaram sua bandeira de luta, participando de greves, dormindo ao relento, realizando passeatas, participando de audiências, atos públicos e apanhando da polícia... até que conseguiram a elevação de seus vencimentos para o INICIAL da carreira do cargo equivalente em janeiro de 1982. Os professores da era pré-estatuto do magistério, ao se aposentarem, deixaram de ser professores e passaram a ser apenas funcionários públicos. Hoje, enquanto o professor que está em atividade recebe benefícios, os aposentados mais antigos deixam de recebê-los, situação esta responsável pela formação dos vários segmentos de aposentados que, com o mesmo grau de escolaridade e tempo de serviço, recebem proventos diferenciados, embora sejam de categoria equivalente”.

Concluem os aposentados mais antigos, afirmando que “quanto mais velha a aposentadoria, menos recebe o professor, sendo que conquanto não seja de domínio público, muitos professores decanos do Paraná passaram fome: outros, enfermos, não puderam curar suas doenças, e acabaram morrendo no abandono.”

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, general João Baptista Figueiredo, solicitando-lhe o especial favor de, em carta aberta ao povo do Paraná, discorrer sobre o sentido da caríssima expedição brasileira rumo à conquista de espaço na ANTÁRTIDA, mesmo porque em momento de gravíssima recessão econômica, caos inflacionário, desemprego em massa, alarmante mortalidade infantil e PERDA DE ESPAÇOS NACIONAIS em favor dos monopólios estrangeiros, muitos paranaenses não estão conseguindo entender os gastos bilionários do “BARÃO DE TEFÉ”, que estaria buscando desfraldar lá fora o verde-amarelo... cada vez mais combatido em nossas próprias fronteiras.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, general João Baptista Figueiredo, solicitando-lhe que, em resposta à voz do povo paranaense que, de todos os setores, indaga-se perplexo a respeito do porquê da bilionária presença brasileira na Antártida e da vultuosíssima publicidade em torno dos caminhos do “Barão de Tefé”, acene a nossa gente através deste Parlamento, expondo a natureza dos interesses a que está servindo a OPULENTE AVENTURA NACIONAL NA ANTÁRTIDA, coincidindo estranhamente com o agravamento das condições de vida de nossas maiorias. Querem os paranaenses uma resposta a esta pergunta: “Será que vale a pena investir montantes astronômicos em nome da manutenção de uma soberania na remota Antártida, quando mal e mal ela consegue firmar as pernas no próprio chão brasileiro?”

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e Excelentíssima Sr.ª Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que, encerrado o prazo das matrícula nas escolas da Rede Estadual de Ensino, procedam a novo levantamento de necessidades de pessoal docente, com a

finalidade de, através de ORDENS DE SERVIÇO, aproveitar-se os professores convocados recentemente pela SEED, e que, em grande parte, se encontram deslocados e semi-impossibilitados de desempenharem suas funções. Paralelamente, que se viabilize o aproveitamento destes professores também em funções administrativas, pois que o drama dos excedentes convocados começa a atingir o estágio de desespero.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, solicitando-lhes que equacionem os absurdos remanescentes do concurso público estadual de 1979, que primou pelo paradoxo de aprovar e marginalizar milhares de professores em todo o Estado, propiciando aos convocados — e a maioria deles já não mais reside nas cidades por onde se inscreveram para concurso público há cinco anos passados — condições de trabalho através de Ordens de Serviço e Autorização para atividade em funções técnico-administrativas, como solução de emergência que permitiria que os novos padrões de ensino conquistados com tanto esforço e após tantos anos de expectativa não evoluam para o estágio de frustração deficitária, a implicar em prejuízos não apenas aos docentes, mas também à expressiva parcela dos educandos da Rede Oficial de Ensino.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

É facilmente constatável que, de muitos municípios, centenas de professores, caso as medidas propostas não sejam acatadas, haverão de deslocar-se para o trabalho docente em cidades distantes do local onde residem, quando poderiam atuar nos próprios estabelecimentos de ensino que lhes são mais próximos.

Os convocados de hoje não podem ser penalizados pelos desastres na política educacional de ontem.

Historicamente, o sistema estadual outorgou aos professores a encômoda atribuição de dois padrões em locais muitas vezes distantes entre si, gerando aborrecimentos e prejuízos de toda espécie.

A convocação dos professores aprovados no concurso público de 79, se por um lado foi remendo novo em pano velho, não deve todavia, incidir na circunstância de que o professor de 84 seja obrigado a pagar pelos erros da política educacional vigente em 79, e é sob este ângulo que as medidas propostas no presente requerimento sanariam ao menos provisoriamente os males da caótica situação da maioria dos excedentes convocados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças, Secretário da Agricultura e Presidente do Banestado, solicitando-lhes que, em caráter prioritário, seja dada ênfase especial para que o Paraná volte aos tempos áureos da produção cafeeira de outrora.

Para tanto, indispensável se faz o concurso de linha especial de crédito através da Carteira Agrícola do Banestado, e apostar em

nossas terras férteis que estão sendo, em ritmo assustadoramente progressivo, recobertas por densas pastagens. O café e a policultura básica de subsistência sempre caminharam juntos no Paraná, viabilizando a esperança do proprietário rural, mesmo que pequeno.

E a que estamos assistindo? A um Paraná contendo-se em imensas e desérticas pastagens, mas onde não há espaço para a sobrevivência simultânea dos cascos da boiada com os pés dos trabalhadores rurais, hoje convertidos em famintos herdeiros do eldorado de ontem. E, traídos em sua vocação agrícola, pioneiros e filhos dos desbravadores que abriram picadas e vararam o sertão, vão hoje morrendo à míngua, à beira das invernadas, sem trabalho, sem forças, sem abrigo, após a maldita errância pelos caminhos do “progresso”, que lhes negou o direito ao pão e à vida.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando esforços para a ligação asfáltica na via de acesso do Município de Braganey à BR-277, passando pelo Distrito de Campo Bonito, Sertãozinho e Munhoz da Rocha (Município de Guaraniaçu).

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A execução desta obra irá reduzir a distância entre essas localidades até a BR-277 em aproximadamente 40 quilômetros. E dada a importância deste benefício, tanto na economia de combustível, como no setor de transportes coletivos, estou certo de que as lideranças e moradores da região darão apoio necessário para a conclusão da mesma. Sendo uma região essencialmente agrícola, esta ligação asfáltica — além das vantagens citadas — irá proporcionar maior facilidade no escoamento da produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando esforços para a construção da estrada (devidamente cascalhada, além dos pontilhões e bueiros), ligando o Município de Guaraniaçu ao Município de Palmital, passando pelo Distrito de Diamante.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A região do Município de Guaraniaçu é essencialmente agrícola, no entanto por falta de estradas vicinais comunicando-se com os distritos e demais localidades na referida região, o escoamento da produção rural está sendo prejudicado. Atualmente o escoamento da produção vem sendo realizado por caminhos que não condizem com as necessidades daquele povo. E a estrada que ora solicita vem ao encontro dos anseios dos agricultores e lideranças daquela região.

O traçado desta estrada — além dos benefícios mencionados — vai proporcionar avanços no setor social, dando condições de vida a todas as famílias responsáveis pela pujança agrícola daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria da Educação, expediente consubstanciado em sugestão, para que sejam incluídos aos currículos da rede estadual de ensino de 1.º grau, a obrigatoriedade de matéria sobre noções e sinais de trânsito.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a necessidade de estabelecer desde cedo na criança, noções de trânsito, o que por certo irá capacitar as futuras gerações com melhores condições para a convivência com o mundo moderno em que vivemos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário dos Transportes, Sr. Deputado Lineu Schwartz, reiterando o pedido de asfaltamento do acesso Juranda — BR-369.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Em 24 de março de 1983, requeremos a esse duto Plenário, a aprovação de requerimento solicitando o asfaltamento do acesso da BR-369 a Juranda-PR.

Na oportunidade, argumentamos que as cidades limítrofes à Rodovia 369, são ligadas à mesma por acesso asfaltado.

Argumentamos também, que o jovem Município de Juranda é o que fica à menor distância da citada rodovia, e que até então não havia sido providenciado o asfaltamento do trecho que mede aproximadamente 1.800 metros, e que a topografia do trecho é excelente, e que não exigirá nenhuma obra de arte e pouco serviço de terraplanagem.

O que se justifica que a obra pode ser executada por administração direta.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER regimentalmente que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, Sr. Francisco Simeão Neto, encarecendo a urgente instalação do Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná, na cidade de Campo Mourão, conforme o pré-estabelecido com a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

A instalação desse escritório, é um velho anseio de todos os que militam na Indústria e Comércio na Microrregião 12 - CONCAM, cujo pólo é a cidade de Campo Mourão.

Pleonasmo seria tecer considerações para tentar justificar a necessidade deste órgão público tão útil, que certamente evitará viagens onerosas à Capital e diminuirá o fluxo burocrático de papéis que tanto impedimento traz ao nosso comércio e à nossa indústria.

Porém, à guisa de reforço, anexamos um farto material que compõe todo o processo já pré-convencionado entre a Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, autoridades político-administrativas e a Junta Comercial do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER na forma regimental e após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Educação, solicitando que a mesma mande baixar ato competente regulamentando o funcionamento e a exploração de cantinas escolares em Estabelecimento de Ensino Público, onde funciona o 1.º Grau, bem como proibindo a exploração por parte de terceiros, dando a primazia da mesma para as entidades assistenciais, preferencialmente as que tenham vínculos com as escolas.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa preocupação como Deputado oriundo do interior, e por sermos conhecedores dos problemas que envolvem nossas escolas, é justamente com as crianças carentes de 7 a 14 anos, que encontram na merenda escolar a sua única alimentação diária.

Ora, o que vimos nas escolas do interior é a exploração comercial descabida das cantinas escolares em horário diurno, justamente na presença das crianças menos favorecidas pela sorte, e que é pior, na maioria das escolas, essa exploração é feita por terceiros, impedindo muitas vezes, por motivos escusos, a implantação da merenda escolar gratuita, que tanto benefício traz aos nossos infantes, por que sabemos que ninguém aprende com a barriga vazia, e somente os filhos de familiares abastados é que têm acesso às guloseimas vendidas nas cantinas.

E ainda mais, se fazemos tal apelo, é baseado em informações prestadas pelo Serviço de Orientação Alimentar da Fundação Educacional do Paraná, que está encontrando, por parte até dos Diretores interessados, sérias dificuldades na implantação do serviço de merenda escolar gratuita em nossas escolas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria dos Transportes, para que proceda estudos visando a instalação de um trapiche na Ilha do Mel.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A Ilha do Mel se constitui hoje num dos principais pontos de lazer do litoral paranaense. No entanto, existem dificuldades para o embarque e desembarque das pessoas que se dirigem à ilha, e principalmente para a população fixa daquele local.

Como a travessia é feita por Pontal do Sul, a obra tecnicamente e financeiramente ficará mais barata e além de propiciar comodidade aos passageiros, dará maior segurança àqueles que fazem a travessia. Essa obra não virá descaracterizar, por outro lado, a paisagem da Ilha, que vem sendo preservada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Cultura e do Esporte e ao Presidente da Paranatur,

para que seja propiciado auxílio para a promoção do Carnaval de Antonina, que na próxima Páscoa fará novo desfile das escolas de samba, bem como: que aquele evento seja incluído no Calendário Turístico do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

Durante o último Carnaval, ficou evidenciado que aquela promoção de Antonina é uma das melhores do Paraná e merece, inclusive, destaque nacional.

Basta lembrar que duas escolas de samba, a Filhos da Capela e a Batel saíram às ruas de Antonina com aproximadamente 1.300 figurantes, cada uma, sem contar com a suntuosidade, harmonia e organização, propiciando um espetáculo ao povo do mais alto gabarito.

Promoções estas necessitam de apoio governamental, pois são dedicadas exclusivamente ao entretenimento do povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência Social, em caráter de urgência, a criação de 11 novas agências da Previdência Social no Estado do Paraná, de acordo com estudos já elaborados pela Superintendência Regional do IAPAS em nosso Estado, que indicam como prioritária a criação da agência de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Estudos realizados em 1976 indicavam a necessidade de serem criadas 8 novas agências da Previdência Social no Paraná, em face da sobrecarga existente nas 20 agências então instaladas, visando a melhoria no atendimento.

Novos estudos foram elaborados em 1983, desta vez indicando a necessidade de serem criadas 11 novas agências.

Até agora essas agências não foram criadas, comprometendo o atendimento à massa de segurados da Previdência.

Na região Sul, o Paraná é o Estado que tem o menor número de agências: apenas 20 das 113 existentes. Em Santa Catarina estão instaladas 29 e no Rio Grande do Sul, 64.

Para uma população atual estimada em 8 milhões de habitantes, a média de atendimento por agência, no Paraná, é de 400 mil habitantes. Essa média no Rio Grande do Sul é de 115 mil por agência, e em Santa Catarina, de 140 mil.

Enquanto o Paraná concentra 40 por cento da população da Região, detém apenas 18 por cento do total das agências existentes.

Os estudos efetuados em 1983, indicam que 32,7 por cento da arrecadação do sistema da Previdência Social na Região Sul é efetuada no Estado do Paraná.

Santa Catarina, que detém 25 por cento das agências, concorre com 18,8 por cento da arrecadação, ao passo que no Rio Grande do Sul, onde estão 57 por cento das agências, a arrecadação é de 44,5 por cento.

Esses dados demonstram claramente distorção verificada na distribuição de agências pelos Estados do Sul, em flagrante detrimento em relação ao Estado do Paraná, e, conseqüentemente, na qualidade do atendimento à população.

Entre as 11 novas agências apontadas como necessárias para o Estado do Paraná, os estudos realizados pela

Superintendência Regional do IAPAS, com o concurso das superintendências regionais do INAMPS e do INPS, indicam como prioritária a de Francisco Beltrão, cidade pólo da região Sudoeste do Estado.

Atualmente, toda aquela região, que abrange 17 municípios, é atendida pela agência de Pato Branco.

Além de reduzir a sobrecarga existente sobre esta, uma nova agência em Francisco Beltrão propiciaria aos beneficiários da Previdência sensíveis reduções nas distâncias a percorrer, o que constitui pesado ônus para os que necessitam recorrer ao atendimento da agência instalada em Pato Branco.

Todos conhecem a extensão e a profundidade dos problemas previdenciários no País, daí o apelo que ora se dirige ao Sr. Ministro da Previdência Social para que urgencie as providências para a instalação das novas agências propostas, para o Estado do Paraná, iniciando-se com a de Francisco Beltrão, considerada prioritária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se destinar para a Delegacia de Polícia, localizada no Município de Fênix, que segue abaixo:

- a) uma viatura policial.
- b) um rádiotransmissor.
- c) maior quantidade de combustível.

De iniciativa da Câmara Municipal, através de requerimento do Exm.^o Sr. José Roberto Sales, este afirma que tais pedidos objetivam a discriminação dos índices de assaltos e crimes, especialmente. Ademais, a ação dos marginais é facilitada em face das condições reduzidas daquele órgão policial.

Espera-se um posicionamento por parte desta Pasta direcionadas a atender o que ora é exposto, capaz de devolver a tranquilidade aos munícipes de Fênix.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Exm.^a Sra. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a realização de estudos objetivando a ampliação das instalações da Escola Estadual Princesa Izabel, localizada no Município de Terra Boa.

De iniciativa do Exm.^o Sr. Elso Garcia Segura, Prefeito Municipal de Terra Boa, este afirma, conforme correspondência, a real necessidade de se construir duas novas salas de aula, uma dependência administrativa e sanitário, o que sem dúvida virá suprir a insuficiência de acomodação, atualmente verificada.

Espera-se, portanto, por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, medidas que possibilitem a concretização das obras naquele estabelecimento educacional.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao

Exm.^o Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando que o Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, determine estudos no sentido de que o transporte de alunos que residam distante de suas escolas, seja custeado pelos cofres públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

É calcada a presente solicitação, nas dificuldades que encontram os estudantes, notadamente os de baixa renda, na cobertura de despesas com passagens de transporte, para o deslocamento até a escola em que estão matriculados.

Na zona rural, pela reduzida quantidade de escolas, as distâncias que separam os lares dos estudantes até o local de estudos, devido ao êxodo rural tem aumentado consideravelmente, fazendo com que as despesas de transporte onerem sobremaneira o orçamento doméstico. Acredita-se até ser este um dos motivos da grande massa de desistentes entre os estudantes.

No Estado de São Paulo a questão foi encontrada com a decisiva participação do governo estadual, suportando esse ônus do transporte, hoje em dia tão relevante, dado o preço do combustível.

Poderia o Paraná adotar medida semelhante para beneficiar os nossos estudantes.

No Estado de São Paulo vigora para tal a Lei n.^o 1389, de 09 de setembro de 1977, dispondo:

“Art. 1.^o — O transporte de alunos de 1.^o e 2.^o graus poderá ser custeado pelo Estado, quando não houver na localidade em que residam os cursos em que estejam matriculados.

Art. 2.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenções anuais às Prefeituras dos municípios que se incumbem, por conta própria ou mediante contratos com terceiros, do transporte de alunos que, nas condições previstas no artigo anterior, freqüentem estabelecimentos situados no mesmo município ou nos municípios mais próximos.

Parágrafo único — As subvenções de que tratam este artigo se destinam a compensar as prefeituras municipais pelas despesas comprovadamente efetuadas”.

Seria realmente um passo a mais para oferecer plenas condições a todos de estudar e progredir na vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exm.^o Sr. Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, solicitando esforços para a construção da estrada (devidamente cascalhada, além dos pontilhões e bueiros) ligando o Município de Guaraniaçu ao Município de Altamira, passando pelo Distrito de Santa Luzia.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

A região do Município de Guaraniaçu é essencialmente agrícola, no entanto por falta de estradas vicinais comunicando-se com os Distritos e demais localidades na referida região, o escoamento da produção rural está sendo prejudicada.

Atualmente, o escoamento da produção vem sendo realizada por caminhos que não condizem com as necessidades daquele povo. E a estrada que ora solicita vem ao encontro dos anseios dos agricultores e lideranças daquela região.

O traçado desta estrada, além dos benefícios mencionados vai proporcionar avanços no setor social, dando melhores condições de vida a todas as famílias

responsáveis pela pujança agrícola daquela região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Secretário do Interior, Nilton Friedrich, solicitando esforços junto à RADIPAR (órgão vinculado à Secretaria do Interior) no sentido de que seja instalado no Distrito de Diamante (Município de Guaraniaçu) uma retransmissora de imagens de TV.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da região do Distrito de Diamante não conseguem acompanhar os acontecimentos registrados pelos principais canais de televisão face as dificuldades encontradas em captar as imagens dessas emissoras.

Segundo estudos técnicos, desenvolvidos pelo prefeito de Guaraniaçu, os moradores daquela região, só poderão sintonizar os canais de televisão desejados após a instalação desta retransmissora de imagens, o qual estamos reivindicando. Desnecessário se faz ressaltar a importância deste benefício ao povo da mencionada região, tendo em vista a sua capacidade agrícola e conseqüentemente a efetiva participação na conquista de divisas para o Paraná e porque não dizer para o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado em dispositivo contido no Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a transcrição da matéria anexa, intitulada "Eu acuso", publicada no jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 21 de fevereiro próximo passado, à página 9, nos anais deste Poder.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 08/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a representação discente no Conselho Estadual de Educação, sendo titular nato o Presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários — UPES.

Art. 2º — A regulamentação da presente Lei será feita por Decreto do Poder Executivo, dentro de trinta (30) dias.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

É inquestionável que vivemos uma nova era, vivemos nos tempos de uma filosofia de Governo voltada para o povo e contando com a participação do povo.

Nesse contexto, nada mais justo do que abrir as portas do Conselho Estadual de Educação à participação estudantil, a fim de que o órgão máximo da Educação possa auscultar de perto a voz dos estudantes, que são os maiores interessados no processo educacional.

PROJETO DE LEI Nº 09/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a implantar nas escolas públicas dos Municípios de Bom Sucesso e Kaloré, curso de segundo grau.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

PROJETO DE LEI Nº 10/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MANDAGUAÇU, com sede e foro na cidade de Mandaguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário à presente.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 28 de julho de 1963, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguaçu, tem seus estatutos devidamente registrados no Registro de Títulos e Documentos da cidade de Mandaguaçu sob n.º 15, do Livro "A" - PJ, em 15/09/71.

Verificando seus estatutos, consta que o referido Sindicato tem por finalidade proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria profissional perante as autoridades administrativas e judiciárias. Para seu funcionamento, os cargos eletivos são gratuitos. Abstem-se de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais, mas também de candidaturas e cargos eletivos estranhos ao Sindicato. Mantém serviços de assistência para seus associados, promove a criação de cooperativa para as classes representadas e funda e mantém escolas de alfabetização e pré-vocacionais. Impõe contribuições a todos aqueles que integram a categoria representada nos termos da legislação vigente.

PROJETO DE LEI Nº 11/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Será obrigatório o reaproveitamento com culturas básicas de subsistência em até 30% do solo, as terras agricultáveis do Estado do Paraná.

Art. 2º — Através Decreto a ser baixado até 90 dias da publicação desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a execução do estabelecimento no artigo 1º.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

PROJETO DE LEI Nº 12/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — O anexo I, de que trata o Art. 16, da Lei n.º 7784, de 14 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

| Série de Classe | Classe | Referência | Percentual |
|-------------------|--------|------------|------------|
| CL-I | A | I | 100,00 |
| CL-I | B | I | 94,00 |
| CL-I | C | I | 88,00 |
| CL-I | D | I | 82,00 |
| TA-3 | A | I | 88,00 |
| TA-3 | B | I | 82,00 |
| J-2 | A | I | 76,00 |
| R-2 | A | I | 76,00 |
| TL-3 | A | I | 70,00 |
| AC-3 | B | I | 64,00 |
| Dentista/Médico-I | A | I | 82,00 |
| Dentista/Médico-I | B | I | 76,00 |

| | | | |
|-------------------|---|---|-------|
| Dentista/Médico-I | C | I | 70,00 |
| OL-4 | A | I | 58,00 |
| OL-4 | B | I | 52,00 |
| OL-4 | C | I | 46,00 |
| OL-4 | D | I | 40,00 |

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira, Ezequias Lossa, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin e Djalma de Almeida César.

JUSTIFICATIVA:Na

Na reestruturação do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, provocada pela Lei n.^o 7784, de 14 de dezembro de 1983, cometeu-se visível injustiça para com os ocupantes do cargo de taquígrafo que pela especialização requerida para o seu desempenho e pelas características da prestação de seus serviços mereciam ser melhor aquinhoados.

Com efeito, os taquígrafos da Assembléia Legislativa, além do acompanhamento das Sessões, que muitas vezes se prolongam até horas bem avançadas, têm que dar assistência a Comissões permanentes ou especiais formando um dos grupos de funcionários mais sacrificados dentro do mencionado Quadro de Pessoal.

Nestas condições, pela justiça de que se reveste a matéria, julgamos plenamente justificada a presente iniciativa.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na realidade, quando em todos os quadrantes se tecem loas ao Governo da abertura, quando até mesmo a opinião pública, esquecida se faz das aberrações e dos arbítrios que perpetrados foram em nome da Lei de Segurança Nacional, ao usar a palavra pela primeira vez, no ano legislativo de 84, não poderíamos deixar de reavivar a triste memória caracterizada pela permanência de uma vítima de uns ditos crimes de opinião no Paraná: a do jornalista Juvêncio Mazzarollo. Dentro de poucos dias, estaremos comemorando o infeliz aniversário, digo isto porque a pena, injustamente atribuída a quem castigado foi, apenas por colocar a sua voz em defesa das maiorias oprimidas pelos projetos faraônicos em nosso Estado. É realmente um infausto acontecimento.

Senhores Presidentes, Senhores Deputados. Desta forma, fazemos questão de enfatizar o que sempre reclamamos ao lado de tantos colegas nossos, Parlamentares desta Casa, de que a prisão de Juvêncio Mazzarollo, a continuidade fria do castigo a quem teve a ousadia de denunciar as arbitrariedades dos contentados, continua a nos afigurar como uma verdadeira nódoa, a macular a suposta democracia, o suposto direito de livre imprensa em nosso País.

Não poderíamos também deixar de enfatizar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a situação que deparamos em nosso Estado no que se refere à maior riqueza que possuímos que é efetivamente o solo no qual pisamos. Mesmo nas regiões mais férteis do Paraná, vamos sentindo progressivamente o avanço das pastagens, trazendo consigo um séquito de homens desempregados; acarretando e corroborando no fortalecimento do problema social paranaense. E é por esta razão, Senhores Deputados, que não estamos hesitando em propôr matéria nesta Casa que, após uma discussão, a nível de Estado até, porque necessário se faz, viria a funcionar como alerta no sentido de que pelo menos, após um zoneamento agrícola nas áreas consideradas boas para a agricultura, que pelo menos 30 % da nossa exuberante terra fértil, fosse

disciplinadamente aproveitados com culturas básicas para a subsistência humana. Isto porque não podemos, de forma alguma, perder nossa condição de Estado produtor de alimentos. Sem qualquer utopia ou saudosismo, é tempo de retornarmos à policultura, na qual se insere a lembrança e a necessidade do revigoramento do café paranaense, porque como planta social, sempre trouxe consigo o fortalecimento do homem que no campo vive; daquele que se profissionalizou no trabalho à terra.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tentamos passar aos nobres colegas nossa preocupação mais intensa, com o destino que está sendo atribuído às terras férteis do Paraná que, lenta e progressivamente, convertem-se numa grande invertebrade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgar Pimentel, inscrito.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para registrar, com satisfação, a Campanha da Fraternidade desenvolvida pela Igreja, em todo o Brasil, no ano de 1984 e cujo tema é “Para que Todos Tenham Vida”.

Julgo que este Poder não pode deixar passar despercebida esta Campanha, pois traz ela em seu bojo, propostas concretas para que o homem, fazendo uma introspecção, possa desenvolver um trabalho em prol da defesa da vida, hoje tão colocada à margem pelo desrespeito à ela tributado.

De sorte que é oportuno destacar a importância que a Igreja tem colocado nas Campanhas de Fraternidade que, ao longo de vários anos, sob os diversos títulos e temas, tem procurado despertar a sociedade brasileira para tomar rumos novos, em busca da verdadeira confraternização, em busca do entendimento e da paz que o mundo de hoje está tão ressentido.

Em requerimento apenso, estamos enviando um voto de congratulações ao Presidente da CNBB, ao Arcebispo D. Pedro Fedalto, de Curitiba, aos Arcebispos do Paraná e aos Bispos das diversas dioceses de nosso Estado, sabedores de que a Assembléia Legislativa do Paraná, como em outros anos, haverá de oferecer o apoio devido à Campanha da Fraternidade em 1984, para que todos tenham vida, e plenamente, possa lograr os seus objetivos.

Creio ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é necessário, a cada dia que passa, nós homens que representamos a sociedade na Assembléia Legislativa do Paraná, necessário se faz que cada um de nós busque cada vez mais pelo exemplo, demonstrar que também na prática do exercício parlamentar se exerce uma verdadeira oração. E creio mesmo que a dimensão da oração que se pratica no exercício do mandato parlamentar de qualquer Deputado, é necessário ao plano salvífico de Deus.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Muitos têm uma idéia distorcida do que significa esse termo oração, mesmo porque quando esse termo é citado, todos julgam de que oração é aquilo que se faz, se pratica num templo, seja de que igreja for.

Entretanto, na concepção do homem feito à imagem de Deus, oração é exemplo de vida que devemos dar em todas as circunstâncias e ambiente onde vivemos.

Repito, Sr. Presidente, o regozijo pessoal pela Campanha da Fraternidade que a Igreja busca dar ao homem do nosso tempo, uma visão real deste chamamento ao respeito à vida.

Muito Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado

Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Retomo nesta tarde, por mais uma vez, o tema das eleições diretas, e nesta oportunidade procurando fazer uma vinculação estreita entre diretas e segurança pública.

Todos nós sabemos das dificuldades que a área de segurança pública vem enfrentando no Paraná, no entanto julgamos de direito, ressaltar as providências acertadas que, neste setor, o Governo José Richa vem empreendendo.

Todos se recordam da grande manifestação pelas eleições diretas realizada no dia 12 de janeiro passado; mais de cinquenta mil pessoas aglomeradas na Boca Maldita, a polícia civil e militar presentes; quatro horas de contato direto e sequer uma intervenção mais brusca por parte daqueles que segundo a nova filosofia da Secretaria de Segurança Pública deve orientar e preservar o direito de estar seguro onde quer que esteja o cidadão.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, nós não poderíamos deixar de enaltecer o trabalho que, como neste episódio da grande manifestação de Curitiba, que se repete nas manifestações maciças, que nos vários recantos do Estado do Paraná vêm se realizando em torno da tese das eleições diretas e em nenhuma destas oportunidades se tem o registro de qualquer deslize por parte do aparelho de segurança do Estado.

Esse fato além de atestar uma nova filosofia que com dificuldade aos poucos vem se imprimindo neste setor do governo, onde uma nova conduta ética, um novo comportamento político vem se capitalizando até os elementos de trabalho direto com a população e por outro lado, o fato destas manifestações terem se desenvolvido na mais perfeita ordem, registra também, mais uma vez o desmentido àquele pronunciamento em que representantes do Governo Federal, ainda no início deste ano traziam como que a campanha das diretas seria um fator de perturbação.

Nós comprovamos e aqui hoje queremos fazer questão de registrar que a perturbação ameaçada não se verifica a não ser que se considere como perturbação, os problemas que a campanha popular pelas eleições diretas vêm trazendo aos setores que ainda resistem à idéia de redemocratização do País no seu todo.

Curitiba deu o primeiro grande passo, mostrou que o povo é pacífico; demonstrou que segurança é uma questão de objetivo. Naquela oportunidade ficou clara a intenção da Polícia que não esteve ali para punir, mas sim, para garantir que o desejo do povo não fosse frustrado.

Queremos, nesta oportunidade, além de fazer esse registro, recolhermos do esquecimento do período de recesso parlamentar, que por ventura possa ter assumido nessas condições, uma Resolução da Secretaria da Segurança Pública do Estado, na nossa opinião, da maior importância, de número 572/84, de 28 de dezembro, em que o Senhor Secretário da Segurança Pública institui a Criação de Grupos de Estudos, da Secretaria de Segurança Pública, através de seus órgãos, em vários setores de trabalho, e que esse órgão também procedesse com o espírito de democratização que vem presidindo o Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “O trabalho do deputado não é nenhuma tarefa que se faça de maneira isolada. No fundo, é a somatória de esforços e interesses em bem servir à coletividade. Os esforços vêm dos que colaboram, que sugerem, que nos oferecem dados, que nos orientam e nos dão subsídios, os quais se somam à nossa observação pessoal.

O esforço e o interesse em bem servir podem ser externos ou internos, aqui da Casa, consubstanciados na colaboração de todos os que aqui trabalham e assessoram os Parlamentares.

Entre esses, estão os jornalistas, os radialistas, os profissionais de televisão, enfim, os comunicadores. À coletividade prestam grande serviço, apontando as necessidades, levantando os problemas, chamando a atenção para as falhas e carências.

Por isso ao se iniciar um novo período legislativo, desejamos lembrar esse inestimável trabalho. A nós, Parlamentares, prestam um duplo serviço: colaboram para que o nosso trabalho seja mais objetivo e mais profícuo, e acima de tudo, nos oferecem a oportunidade para que a nossa ação legislativa chegue ao conhecimento da opinião pública, de toda a comunidade a quem devemos prestar contas de nossas atividades.

Não queremos que este gesto tenha outra interpretação que não seja o reconhecimento aos profissionais da comunicação que aqui trabalham, ou que aqui vêm diariamente buscar a informação para o seu público. Não queremos, também, que se tome esta como uma manifestação do óbvio. Um agradecimento, um muito obrigado, nunca é demais.

Desejo, Sr. Presidente, que esta Casa faça chegar nossa manifestação a todos os veículos de comunicação do Estado, para testemunhar nossa gratidão e ressaltar quão importante é o trabalho dos profissionais da comunicação; importante não somente para nós, Parlamentares, mas principalmente para o povo paranaense, que assim é bem informado sobre o que fazem os seus Deputados”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“No desempenho do mandato parlamentar que me foi conferido pelo povo paranaense e que expressa por manifestação nacional continuada, as RAZÕES DE OPOSIÇÃO sustentadas pelo meu Partido, PMDB, ocupo hoje e esta tribuna, para RESPONDER a “nota” de 28 de fevereiro de 1984, dos Ministros Militares, Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Valter Pires de Carvalho e Albuquerque, Délio Jardim de Mattos e Waldir de Vasconcellos, respectivamente da Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas, na parte que ela alcança a tribuna do Poder Legislativo, os legisladores e a interdependência e intersoberania das Instituições da República.

Diz a nota:

“Ultimamente, elementos já bastante conhecidos... vêm se pronunciando de maneira incompatível com o respeito devido ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República e à alta hierarquia militar... demonstrando o intuito claro de

denegrir a autoridade, de estimular um sentimento inaceitável de radicalização, no âmbito da população ordeira, fato esse agravado porque, até mesmo Parlamentares, sob o pretexto do gozo de suas imunidades, vêm ofendendo... diretamente o Presidente da República, totalmente esquecidos que a ele, com total apoio das Forças Armadas, devem a possibilidade de estarem falando publicamente”.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quanto à denúncia de “desrespeito” retórico ao Presidente da República, não obstante à generalidade conceitual que macula a “nota”, este Parlamentar filia-se à fidelidade à “Democracia como sinônimo de liberdade” expressada pelos Srs. Ministros subscritores dela, para, respeitosamente, lembrá-los de que um dos principais conceitos da DOUTRINA DEMOCRÁTICA, diz que:

“O respeito como qualidade de um regime político deve emergir DO CONTEXTO MORAL DA AUTORIDADE DE GOVERNO, e não da CONSISTÊNCIA BELIGERANTE do tipo de poder que o sustenta. Porque, “A PAZ BASEADA NO MEDO É APENAS A GUERRA REPRIMIDA”.

Ora, aí está a NAÇÃO INTEIRA marcando um momento sem precedentes em nossa história política; só comparável ao momento da “INCONFIDÊNCIA MINEIRA” da História do Brasil, porque se assenta num suporte fático que depõe contra o Governo Militar da “Revolução” de maneira impossível de continuar sendo tolerado pelo País; e que emerge justamente da “qualidade moral da autoridade de governo”, quer pela má gestão da coisa pública, quer pelo seu desleixo desdenhoso, dos freios éticos dos efetivos do Poder. Suporte fático este, estampado em toda a imprensa do País; jorrado com abundância para dentro das CPIs; externado em depoimentos detalhados de ex-Ministros, processado por espantoso volume de feitos escandalosos, pela Justiça; e expressado por denúncias desconstrangidas de oficiais-generais que se assentam em seus currículos militares ilibidos para justificarem seu ato de insubordinação constitucional contra o Presidente da República deposto em 64, e que, portanto, impõem essas denúncias vindas do próprio meio militar revolucionário, uma situação subordinante da inteligência nacional às suas verdades, e constrangedoras para as próprias Forças Armadas.

E por conseguinte, os Parlamentares de Oposição não podem aceitar a acusação de “estarem denegrindo a autoridade” para “radicalizar a população ordeira”. Pois que, a complacência do Governo para com a situação fática que o cerca, é o que “denigre a autoridade”. A menos que se queira recriar esta Nação, a partir de um tipo moral ainda desconhecido da CIVILIZAÇÃO HUMANA que, através de suas múltiplas propostas culturais, forma a nossa personalidade calcada sobre esses valores morais que a Nação brasileira entende violados.

E então, os Ministros Militares têm o louvor da Nação postados acima dessa complacência de Governo para com os seus, em nota que acolha a proposta da Nação, de enterrarmos esses vinte anos de “revolução” no abraço fraterno das urnas, de onde saia um PRESIDENTE DA REPÚBLICA COM TODA A LEGITIMIDADE DA DEMOCRACIA que as honradas Forças Armadas brasileiras sempre defenderam com augusta intransigência. Todavia, estimularão um impasse, sempre que suas “notas” demonstrarem não estarem os Srs. Ministros Militares bem informados. Porque a DEPRESSÃO ECONÔMICA e a CONVULSÃO SOCIAL estão instaladas no País, por obra do Governo Militar “Revolucionário”. Tanto que os Srs. Ministros Militares foram levados a admitir um novo texto da “Lei de Segurança Nacional”, que revogou o Parágrafo Único do Art. 2.º da anterior Lei 6620, de 17/12/78. E ante tal situação, o que os partidos políticos, os mandatários populares, as lideranças comunitárias e a própria Igreja vêm

fazendo, é justamente a promoção da união do povo brasileiro através de um comportamento fraterno em torno do nosso destino histórico, sem nenhum tipo de discriminação revanchista.

Não admitimos, pois, nós Parlamentares de oposição, a pretensão arrogante da “nota” de que: “Ao Presidente da República e às Forças Armadas devemos a possibilidade de falarmos publicamente”, porque também é lição de Democracia que :“OS PODERES CONSTITUÍDOS DO ESTADO DEVEM TER EQUIPARAÇÃO DE AUTORIDADE, DE SOBERANIA, E DE INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL”.

Então, entre os militares e civis fiéis um só ideal de democracia, o General não é maior do que o mandatário popular, e nem o Deputado ou Senador estão sujeitos à limitação de inferiorização funcional que os sujeitem a qualquer...

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — A seguir.

... qualquer tipo de tutela.

Aliás, na Democracia do Estado Brasileiro, os Poderes são três: Executivo, Legislativo e Judiciário. Não consta o Poder Militar. E a Constituição editada pelos Comandos Militares Revolucionários, em missão de Governo como eles dizem, não alterou textualmente essa estrutura e a própria inteligência jurídica assessorativa desse Governo não reconhece a autoridade como expressão de poder dinâmico do Estado na atual Lei de Segurança Nacional a outros que não sejam os Presidentes desses três Poderes.

Concedo-lhe o aparte.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Ilustre Deputado. Tenho acompanhado o seu pronunciamento e a serenidade com que se posiciona em defesa, inclusive do Poder Legislativo, da democracia e da autonomia do Poder ao qual pertencemos.

Vossa Excelência menciona os três Poderes constitucionalmente existentes no Brasil. Existe também o poder de fato implantado neste País nos idos de 64: é o poder da força que pretende se sobrepor ao poder imortal da palavra que imortalizou Cícero, Demóstenes e Sócrates; e a esse poder da palavra assegurado também pela Constituição, pelo próprio caráter de sermos livres que somos ao sermos feitos à semelhança, digo, à imagem e semelhança do nosso Deus.

Não podemos temer por mais tempo a força bruta que colocou no peito do brasileiro a inflação, a fome e o desemprego a 120 milhões de brasileiros. E esse caos econômico e social que vive a Nação brasileira, é que deveria se levantar os Poderes Armados da Nação, para dizer que o povo não pode mais continuar a passar fome, e o jovem não pode mais continuar não tendo escola, e que o pai de família não pode mais continuar vendo o seu filho mendigar o pão de cada dia. A ingerência das Forças Armadas no Poder Legislativo não é de hoje, nem é só das Forças Armadas brasileiras. Por infelicidade, toda a nossa América tem sofrido o ônus da prepotência militar, por isso mesmo é que é uma das partes de um Continente mais desgraçada da face da Terra.

Solidarizo-me com o ilustre Deputado, quando defende a independência do Poder Legislativo e faz reparos à “nota” dos militares, para dizermos em bom som e em uníssono com o orador que está na tribuna e a democracia é realmente a união de uma Nação através de seu povo falando e exigindo como está no momento, e os Ministros Militares a querer forças que não haja a voz maior de um povo e de uma

Nação dizendo que deseja, dizendo quem deseja ver governando seus destinos.

É contra isso que os militares deveriam expedir uma “nota” à Nação, restaurando a própria credibilidade das Forças Armadas e ao tomar de pulo a Nação brasileira prometeu ordem, justiça e respeito à Constituição. E nada disso nós presenciamos nos vinte anos transcurso.

Ilustre Deputado, há uma dívida a saldar para com o povo, um povo que esperou, um povo que sonhou, um povo que ainda espera, e um povo que ainda sonha, sonha por melhores dias e espera melhores oportunidades de sobrevivência, e no entanto, pela imposição das Forças Armadas que atemorizam e atemorizaram a Pátria brasileira, nós ainda vemos, com muita dificuldade, a realização de uma eleição direta sonhada por todos os brasileiros como prenúncio e início de melhores eras, e de melhor tempo para todos nós.

Ilustre Deputado, em contrapartida a esta “nota” o brasileiro, através de seus Deputados, e eu espero em Deus, dia 25 de abril dê a nota contrária aprovando as eleições diretas para Presidência da República.

Muito obrigado pelo aparte concedido.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado pelo aparte de Vossa Excelência, e devo dizer que o que resta ao Poder Legislativo é exatamente este da defesa do nosso Poder, que nos foi roubado em 64, e esta luta pela volta das prerrogativas desses nossos direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Saliente-se ainda que o Governo paralelo do FMI convocado pela Presidência da República, em apoio ao regime militar vigente, perante os foros internacionais, submeteu toda essa estrutura militar de governança, ao aval do Congresso Brasileiro, ao Decreto n.º 2065, à cuja aprovação pelos mandatários mandatários populares daquele Poder, o FMI condicionou a resta restauração do crédito externo do País. E nesse ato, os foros internacionais agenciados pelo FMI — data vênua dos subscritores da nota — rebaixaram todos os galões e patentes do Governo Revolucionário, às suas verdadeiras e augustas funções de caserna, onde devem GUARNECER AS INSTITUIÇÕES.

Porque nada legitima os militares como tutores intelectuais desta Nação, aos quais os cidadãos empenhados pela Pátria, tenham de solicitar até o vocabulário da nossa comunicação.

E, se o nosso entendimento vem de óticas conceituais defendidas pelo próprio Governo Revolucionário como insuspeitas, e procedem de suporte fático nacional que testifica na paciência da Nação, a nossa elevada grandeza cívica e o nosso grau de responsabilidade política, não podemos aceitar insinuações que a própria submissão dos insinuaadores já superou. A menos que o povo brasileiro estivesse sendo gozado pelas suas próprias forças militares. O que, sinceramente, não cabe na confiança que todos nós, brasileiros, temos em nossos SOLDADOS PROFISSIONAIS.

É preciso ainda, que os Srs. Ministros Militares subscritores da “nota”, entendam que o desabafo é uma disfunção quase biológica do ser humano, no meio de suas crises. E, não é com a adjetivação descompensada que nutre os improvisos de Parlamentares ou líderes comunitários mais emotivos, que se subverte a ordem de um povo, mas sim, É COM ARMAS.

E estas estão sob a guarda, a industrialização, o bom e louvável uso de nossas respeitáveis Forças Armadas.

Por conseguinte, se este Parlamentar concordasse que seria devedor do seu mandato de autoridade legislativa, ao ilustre Presidente João Figueiredo, receberia como uma insolência ministerial à autoridade presidencial, uma tal

manifestação à Nação, juntamente saída da área que reclama, PARA TRANQUILIDADE DO PAÍS, a maior demonstração de disciplina hierárquica ao supremo Chefe das Forças Armadas, e a melhor conduta de submissão harmoniosa À TOLERÂNCIA MÚTUA estabelecida pelo Sr. Presidente João Figueiredo, desde o início do seu comando governamental, como portão da abertura democrática para a consolidação do regime de liberdade com inteligência, buscado pela Nação.

E, sobre o concreto final da “nota” deve-se lembrar também, que: se “Democracia é sinônimo de liberdade”, também é a ESSÊNCIA DA CIVILIZAÇÃO DE UM POVO, na expressão de legitimidade, de lisura moral, de submissão histórica e de GRANDEZA POLÍTICA do Governo. Lembrando também, que toda a comunicação e linguagem é produzida pelo respectivo contexto existencial que determina a dinâmica social desse momento. E esta dinâmica social é sempre o produto consentâneo ou inacabado do regime de governo que a estrutura. E por conseguinte, aos militares compete o exemplo maior de disciplina na área de governo, para que a Nação se construa SOB O IMPÉRIO DA LEI E DO DIREITO.

Era isto, Sr. Presidente, era isto Srs. Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

O SR. ACIR MEZZADRI — Por quinze minutos, o Sr. Deputado Acir Mezzadri, Excelência.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, Sua Excelência o Sr. Deputado Acir Mezzadri, por quinze minutos.

O SR. ACIR MEZZADRI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “Nossa intenção é abordar em termos claros e objetivos a situação caótica porque passa a agricultura, que anualmente e como sempre, arca com o ônus da irresponsabilidade de uma política sem rumo definido, com isso trazendo desânimo e ceticismo aos produtores.

No início de cada período agrícola, o Governo lança farta publicidade destinada a incentivar o plantio de lavouras, acenando que por ocasião da colheita e comercialização não faltará crédito ou mercado para seus produtos, porque pagará preços compensadores e justos.

Mas, não é isso o que acontece e todos nós sabemos. Se a safra é abundante, os preços caem a preço vil e o agricultor fica mais uma vez frustrado em suas esperanças.

Nunca se viu tanta falta de sensibilidade para uma classe sacrificada há anos.

Vejamos, por exemplo, o caso do complexo soja (grão, farelo e óleo).

No dia 08 de fevereiro passado, a CACEX suspendeu os registros de exportações, com finalidade, segundo ela, de fortalecer as cotações internacionais.

Alegava que a medida era necessária, pois, chegaram informações de uma possível “conspiração” de um cartel de multinacionais que importam os derivados da soja brasileira, para derrubar seus preços no mercado mundial.

Ora, os norte-americanos tiveram uma grande quebra de produção na ordem de 20 milhões de toneladas, dentro de uma estimativa em torno de 43 milhões de toneladas - safra 1983/1984.

Portanto, a tendência normal dos preços seria de alta e não de baixa, no mercado internacional.

Mas, o Governo entendendo de forma diferente, vem e suspende as exportações abruptamente, gerando com isso preocupações em todos os setores ligados à agricultura.

Ao contrário do que o Governo pensa, a medida não

deverá trazer resultados positivos, pois, a manutenção da suspensão das exportações começa a preocupar produtores e exportadores, em face da iminente perda de mercado no exterior que poderão ser ocupados por países concorrentes do Brasil como a Argentina.

Os reflexos das providências imprevidentes podem ser sentidos a nível do mercado interno já com baixas significativas, para entrega imediata e pagamento à vista.

Os preços que tinham atingido até Cr\$ 18.000,00 a saca, está oscilando entre 14 a 17 mil cruzeiros, nas principais praças de comercialização de soja do Paraná.

Para negócios a futuro (entrega em maio), não se obtém média superior a Cr\$ 20.000,00 por saca, contra uma projeção de Cr\$ 23.000,00 a Cr\$ 24.000,00.

Em meio a tantas incertezas no meio rural, o Sr. Carlos Viacava, fez uma declaração que ainda está causando ESPANTO entre os produtores e comerciantes de cereais.

Ele afirmou que a maneira de defender os preços da soja, destinando mais recursos para sua comercialização, seria exportar milho e arroz.

Segundo ele, não haveria problemas de abastecimento, já que se os produtos faltassem seriam importados.

Senhor Presidente, Srs. Deputados:

Falar em exportar milho e arroz, na situação atual, a idéia só pode ter sido gerada da cabeça de alguém que não conhece e não tem as mínimas condições de avaliar a situação interna do País.

Se houvesse uma política de estoque regulador, se houvesse uma política séria de preços e de abastecimento, daí sim, poderíamos até aplaudir possibilidades como essas.

Hoje falar em exportar milho, é uma loucura, uma insensatez tão grande, pois, não deveremos colher nem a metade do milho de que precisamos para manter nossa suinocultura e nossa avicultura.

Não faz sentido exportar milho e arroz para minimizar perante à opinião pública, o impacto negativo da medida tomada em relação à soja, já que tudo o que está acontecendo é fruto de especulação na Bolsa de Chicago, manobrada pelas grandes multinacionais que atuam no mercado externo.

As exportações foram reabertas, todavia, os prejuízos jamais serão recuperados.

Quando se fala em exportar para depois importar, parece brincadeira de mau gosto.

Se já não bastasse a lição do ano passado, quando o Brasil exportou 700 mil toneladas de milho para cumprir compromissos com os EUA, URSS, Porto Rico, Bolívia, Jordânia, Espanha, Gabão e Alemanha Oriental, mesmo assim, teima o Governo Federal em lançar no mercado externo produtos de subsistência vital.

No atendimento a esses clientes internacionais, no ano passado, o Brasil acabou perdendo 58 milhões de dólares.

Embarcando milho antes da confirmação da safra, que frustrou no período de colheita, pelas 700 mil toneladas foram arrecadados US\$ 98 milhões e posteriormente teve que importar 450 mil toneladas, pelas quais pagou US\$ 156 milhões, porque a safra norte-americana se frustrou e a cotação internacional do produto elevou-se muito.

Mas, voltemos ao problema da soja.

Ao contrário de muitas afirmações feitas, a estrutura fundiária de soja, no Paraná, é caracterizada POR PEQUENOS E MÉDIO PRODUTORES.

Conforme levantamento efetuado pelo IBGE e Secretaria da Agricultura, a cultura é explorada:

a) por 30% dos produtores em propriedades de até 10 hectares e detêm 4,5% da área;

b) para propriedades de 10 a 100 hectares existem

63,3% dos produtores que detêm 44,5% da área;

c) apenas 6,3% dos produtores com propriedades entre 100 a 1.000 hectares participam com 35,8% da área;

d) acima de 1.000 hectares só 0,4% dos produtores detêm 15,2% da área.

Portanto, como os Senhores puderam verificar, 93,3% são pequenos e médios produtores e a maioria deles dependem de financiamentos para desenvolverem suas culturas e de créditos destinados à comercialização em épocas apropriadas através de EGF (Empréstimos do Governo Federal).

Como a CEP (Comissão de Financiamento da Produção) órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, vem retardando a liberação de recursos, os produtores se encontram numa situação bastante difícil.

Então, para eles não resta outra alternativa senão vender seus produtos para as grandes multinacionais, pois as próprias cooperativas que lhes dão sustentáculo financeiro encontram-se estranguladas por falta de recursos para repasses aos seus associados.

Como os financiamentos de custeio têm época certa de vencimento, acabam vendendo o produto (soja) por preço muito abaixo do mercado, pois, necessitam de numerário a fim de saldar os compromissos, caso contrário acabam sendo acionados pelos agentes financeiros, além de despesas de juros e correção monetária.

Estão desfazendo de sua colheita de soja, que é negócio de arrimo de família, até mesmo para comprar material escolar para os filhos, enquanto o EGF não chega.

E quando chega, chega tarde demais para a totalidade deles.

Calcula-se que já 1/4 (um quarto) da safra já trocou de mão, produtor aceitando a melhor oferta do atravessador que sustenta na tabuleta do estabelecimento o pomposo nome de "empresário-comprador".

A verdade é que está havendo um desestímulo muito grande às atividades agropecuárias por parte do Governo Federal e o que se vê é uma quantidade enorme de produtores vendendo suas propriedades e migrando para os grandes centros ou se deslocando para outros Estados da Federação em busca de melhores condições de vida.

É verdade também que os grandes produtores estão deslocando seus capitais para o mercado financeiro e isso não é novidade para ninguém, inclusive recursos obtidos junto às instituições financeiras destinados à agricultura.

Trata-se de uma atividade sem risco e com retorno certo de capital, pois, as taxas do mercado financeiro chegaram na semana que antecedeu ao Carnaval a 25% ao mês.

Daqui a pouco todos estarão investindo, se já não estão, nesse mercado em prejuízo das atividades produtoras, pois, o Brasil de hoje já se tornou o paraíso dos grandes agiotas institucionalizados.

SOLUÇÕES:

a) uma nova filosofia firme de trabalho destinada a mudar o modelo econômico para as atividades primárias do País;

b) regras certas e determinadas, por ocasião do início de cada ano agrícola;

c) incentivo maior à produção de determinados produtos básicos de subsistência;

d) financiamentos nas épocas apropriadas, pois, o calendário agrícola, não guarda relação com o calendário financeiro das contas nacionais;

e) garantia REAL de prédios mínimos, acima do custo de produção;

f) investir na aquisição de estoques reguladores, oferecendo remuneração justa para os produtores e recompondo sempre os estoques governamentais;

g) devolver aos produtores a credibilidade perdida, pois, tudo que o Governo diz hoje, amanhã muda tudo e não tem mais valor.

Se não forem tomadas medidas concretas, sérias e objetivas, acabará acontecendo a previsão do valoroso Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim:

“Daqui a poucos dias estaremos todos COMENDO SANDUÍCHES de ORTNs; recheados com letras de câmbio “frias”, emitidas pelos grandes grupos financeiros que estão “estourando” por esse Brasil afora”.

Os produtores do País são os pacientes do mercado mais desorganizado da economia brasileira e eles nos lembra o PAPA JOÃO XXIII que numa audiência aos lavradores de uma cidade pequena da Itália, disse-lhes à queima bucha:

“Há três maneiras de um homem desavisado perder todos os frutos do trabalho: jogo, mulheres e AGRICULTURA”.

Por outro lado, o espectro da fome é, hoje, a grande ameaça que paira sobre a humanidade, pois, sabemos que a população mundial cujo crescimento é alarmante, gira em torno de quase cinco bilhões de pessoas.

A humanidade pode prescindir, num maior ou menor grau, de muitos bens, inclusive petróleo, porém, não sobrevive sem ALIMENTAÇÃO.

Por isso, a agricultura destaca-se como o setor mais importante para a projeção dos países no cenário internacional, a exemplo do que já ocorreu com a indústria e que do sucede no momento, com o petróleo.

Entendemos que o setor rural desempenha papel decisivo pelo fornecimento de alimentos para a população e matérias-primas para a indústria, daí porque, não se admite que se tomem medidas apressadas por ocasião das colheitas, como intervir no mercado em prejuízo dos que realmente produzem, ao invés de socorrê-los numa hora em que mais necessitam do apoio governamental.

Mas, fica um alerta: até quando a agricultura aguentará tantos desmandos, não se sabe.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto a Liderança do PMDB se fará o uso dos quinze minutos restantes.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Senhor Presidente, em nome da Liderança, falará no tempo restante, o Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Com a palavra, Sua Excelência o deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dois assuntos nos trazem à tribuna, nesta reunião. Primeiro, Senhor Presidente, nobres Deputados, refere-se a uma notícia divulgada por um jornal de circulação estadual, “O Estado do Paraná”, edição do domingo passado, notícia que foi retificada na edição de hoje, diga-se a bem da verdade. Esta nota dava conta de que quatro Deputados da região de Maringá — subentende-se este Deputado, mais os Deputados Tadeu França, Renato Bernardi e Walber Guimarães, teriam participado de uma reunião até altas horas da noite e, posteriormente, numa outra região com o Senhor Governador do Estado, teria pedido a exoneração do Senhor Secretário da Justiça do Estado do Paraná, o Professor Horácio Raccanello. Já disse e repito: a notícia foi devidamente corrigida, parece-me que na edição de hoje.

Mas, é importante que, da tribuna desta Casa, possa-se manifestar uma posição com respeito ao Secretário

da Justiça do Estado do Paraná, mesmo porque o ilustre homem público representa, entre outras, a cidade de Maringá. Temos pelo Professor Horácio Raccanello Filho o mais profundo respeito e admiração. Participamos com o mesmo das eleições recém-finas, e ele participou com brilhantismo das eleições de Maringá, disputando a Prefeitura Municipal pelo PMDB e, porque não dizer foi também um dos responsáveis pela grande vitória do partido, nas eleições passadas.

Quero, pois, desta tribuna, deixar a minha manifestação de solidariedade ao Senhor Secretário da Justiça do Estado do Paraná, Professor Horácio Raccanello, e dizer que, se depender deste Deputado e que se depender, tenho certeza, do trabalho que ele está realizando à frente de sua Pasta: um trabalho sério, um trabalho que está sendo elogiado, não só pelos Deputados do PMDB, mas por inúmeros colegas da Bancada do PDS, eu tenho certeza que, por nós, Secretário Horácio Raccanello ficará até o final do mandato do Governador José Richa.

O Sr. Tadeu França — Concede-me um aparte, Deputado? (Assentimento)

Deputado Ferrari Júnior, na condição de Parlamentar, oriundo da mesma cidade e da mesma região de Vossa Excelência, no caso Maringá, e também estando envolvido em nota pela imprensa, segundo a qual os Deputados Estaduais de Maringá estariam pedindo a substituição do Secretário da Justiça, Dr. Horácio Raccanello, oriundo também da cidade de Maringá, não só hipotecamos nossa total solidariedade, mas fazemos questão de que registradas permaneçam nesta Casa as nossas palavras, no sentido de enfatizar a nossa admiração pelo Secretário da Justiça Horácio Raccanello, Professor de Universidade Estadual de Maringá, sem qualquer dúvida, uma das mais privilegiadas inteligências jurídicas do Estado e que vem conferindo à frente da Secretaria da Justiça, uma filosofia de humanização em se tratando dos encarcerados, população marginalizada que no passado ensaiou várias rebeliões, trazendo situação de pânico e que hoje pelos métodos humanitários adotados como filosofia daquela secretaria, estão sendo conduzidos, tratados como seres humanos a espera de reintegração na vida social.

É por esta razão, Deputado Ferrari Júnior, que não aceitamos as colocações que foram feitas evidentemente, provavelmente com a intenção de informar, mas sem um conhecimento maior da realidade.

Não participamos de qualquer reunião em que pedida estaria a cabeça do Secretário da Justiça, Horácio Raccanello, e enfatizamos também que em nosso entendimento, nós acreditamos na excelência dos serviços prestados pelo Secretário da Justiça e caso fosse depender da nossa vontade, o Sr. Horácio Raccanello haveria também de continuar até o fim do Governo Richa prestando serviços no primeiro escalão do governo estadual.

A sua manifestação, Deputado Ferrari Júnior, é também a nossa manifestação em termos de restrita solidariedade ao atual titular da Pasta da Justiça do Governo do Estado do Paraná.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, Deputado

Tadeu França, com as suas observações e com o seu aparte, acredito que um ponto final possa ser colocado neste assunto, pelo menos ao que se refere a participação dos Deputados Estaduais e digo mais, ventillou-se ou informou-se ao citado jornal que a reunião ocorrera na mesma sexta-feira à noite, em que estávamos na cidade de Mandaguá com o Sr. Deputado Tadeu França e os Deputados Federais Renato Bernardi e Walber Guimarães e encontravam-se parece-nos na cidade de Umuarama participando do comício para as eleições diretas.

Mas, por falar em eleições diretas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem o Deputado Sabino Campos trouxe para esta tribuna o assunto eleições diretas ou eleições indiretas, naturalmente defendendo como peemedebista, como oposicionista, como bom brasileiro as eleições diretas para Presidência da República, e alguns dos ilustres Deputados da Bancada do PDS, em apartes formulados ao Deputado Sabino Campos, refutaram e apresentaram algumas posições e nós não pudemos, naquela oportunidade, apresentar a nossa posição, já que o tempo cedido ao eminente Deputado Sabino Campos não nos permitia que participássemos do debate, através de um aparte.

Falou-se no colégio eleitoral espúrio, mas é acima de espúrio o colégio eleitoral que pretende escolher o futuro Presidente do Brasil. Todavia, é preciso que nos debates sobre este assunto, eu acredito será por demais debatido, — é preciso que se observe que há necessidade de que um trabalho está sendo realizado em todo o Brasil, para que os Srs. Deputados Federais e Senadores derrubem uma lei, revoguem uma lei que faz parte da Constituição Federal, que diz que o Presidente da República tem que ser eleito pelo Colégio Eleitoral, que nós do PMDB continuamos dizendo ser um Colégio Eleitoral espúrio.

Vossa Excelência, Deputado Tércio, tem o aparte deste Deputado, se Vossa Excelência concordar em ser breve, devido ao nosso tempo também ser escasso.

O Sr. Tércio Albuquerque — Se Vossa Excelência já está determinando o prazo, declino e falarei no Horário da Liderança do meu Partido.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não, gostaria que Vossa Excelência participasse do debate, jamais neguei um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Pelo que parece, Vossa Excelência está mais preocupado com o relógio do que com os argumentos que Vossa Excelência está expondo.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Não. Estou mais preocupado com o que Vossa Excelência possa nos dizer para provar que a eleição indireta é um grande negócio para o País.

O Sr. Tércio Albuquerque — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu. No Horário da Liderança, falarei.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pois não. Colégio Eleitoral colégio eleitoral espúrio e que precisa, evidentemente, ser banido da vida pública nacional.

Ainda ontem, comentou-se aqui que o PMDB votou, por exemplo, para a Prefeitura Municipal de Curitiba, escolheu o Prefeito e que este foi eleito de maneira bionica.

Não há como rebater este tipo de observação. Absolutamente. Participamos também de algo que não gostaríamos jamais de voltar a participar, mas que para que não tenhamos e para cumprir a lei, voltar a participar de atos desta natureza, é preciso, repito, que o Congresso Nacional, através dos Srs. Deputados Federais e através dos Srs. Senadores, revoguem essa maldita lei que coloca a Nação brasileira numa situação de joelhos, de rastros, perante aqueles que pretendem mandar nesta Nação.

Ainda hoje, ouvíamos na televisão, já não é o parecer, o posicionamento de um homem de oposição, mas ouvíamos um posicionamento do Sr. Vice-Presidente da

República, Dr. Aureliano Chaves, quando indagado sobre o assunto, quando o repórter lhe perguntou se ele estava contra o que pensa o Presidente da República, João Figueiredo, respondeu: “Não, não estou contra o que pensa o General Figueiredo. Não estou contra o que pensa o Presidente da República, porque o Presidente jurou fazer deste País uma democracia”. Então, está na hora de o Presidente fazer efetivamente deste País uma democracia. Como?

Pedindo aos seus Deputados, aos seus Senadores, para que votem a Emenda Dante de Oliveira, para que mudem a lei. Para que não seja obrigado o Colégio Eleitoral — aí que quero colocar a minha questão — para que seja cumprida a lei, ter que votar em eleição indireta.

Como tirar este problema de um Colégio Eleitoral? Como tirar este problema de um delegado, quer seja ele Deputado Estadual, Federal, Senador, ou simples simpatizante ou participante de um determinado partido político? Só há uma saída. Só há um meio. Mudando a Constituição. Acabando com o Colégio Eleitoral.

Qual é o meio de não se eleger por via indireta o Prefeito da cidade de Foz do Iguaçu, ou de qualquer outro. O Sr. Tércio Albuquerque — De Curitiba...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Citei Curitiba. Vossa Excelência está preocupado com qualquer outro assunto do que com o assunto em baila. Já falei do Prefeito de Curitiba.

De que maneira poderíamos evitar um vexame para se eleger o Prefeito de Foz do Iguaçu, por exemplo, por via indireta? De que maneira poderíamos evitar — repito, o vexame de ter que se eleger o Prefeito de Curitiba por via indireta? O Prefeito de São Paulo, por via indireta? Como, mudando a Constituição? É por isto que dizia o Deputado Sabino Campos, que quer que a lei seja mudada, que a Constituição seja alterada. Dizia o Deputado Márcio Almeida, que quer que neste dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, a Assembléia Legislativa do Paraná não tenha sua movimentação normal, para que os Srs. Deputados possam comparecer ao Congresso Nacional.

Para pedir o quê? Para pedir que haja uma alteração na Constituição. Para que os Delegados não tenham, de joelhos, de rastros, votar no futuro Presidente da República do Brasil.

Encerrando, deixo esta manifestação...

O Sr. Tadeu França — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Apenas para cumprimentá-lo pela brilhante colocação e analisar de Vossa Excelência com relação ao processo de eleições indiretas.

Endossamos e concordamos plenamente.

Na realidade, é preciso colocar bem as coisas.

Que hoje a luta pelas eleições indiretas está acima de toda e qualquer estrutura social. Mesmo porque até em Maringá, por exemplo, o comício das diretas, tivemos a participação de todos os partidos. Inclusive a presença em palanque do Presidente do PDS da nossa cidade, que é Maringá. É por esta razão que se deve dar um basta a este colégio, que como bem define Vossa Excelência, é um Colégio ilegítimo, espúrio, que dita regras incoerentes, tem que ter o seu fecho, tem que ter o seu final.

Deixamos bem claro que o momento seria de mobilização, não só do PMDB, mas do próprio PDS, que em parte já se sensibilizou, em termos de aprovação da Emenda Dante de Oliveira, para que se devolvesse ao País, com a seriedade com que este povo merece ser tratado, o direito de escolher legitimamente os seus representantes. Não se justificam as acusações em que o

PMDB nestas ou naquelas circunstâncias admitiu um prefeito pela forma indireta ou qualquer coisa que o valha. O importante é que não concordamos com esta forma. E se, eventualmente, certas circunstâncias existem, é porque elas são forçadas pela estrutura maior, porque nós, defendemos sim. a eleição direta em todos os níveis, todos os setores, com a possibilidade; e essa possibilidade só se condiciona através de uma mudança substancial, a partir da esfera federal.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Gostaria que Vossa Excelência me concedesse um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa concede mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Nobre Deputado, o que nós evidentemente pretendemos colocar e esperamos em outra oportunidade voltar ao assunto, é que toda carga e todo peso da responsabilidade, onde 80 por cento pelo menos da Nação brasileira, fala em eleição direta e quer eleição direta, é que este peso e esta carga não fiquem única e exclusivamente nos ombros de delegados deste ou daquele partido, e que não fiquem sobre os ombros, especialmente de Deputados Estaduais, Vereadores ou Prefeitos, que não têm nada a ver com a história. A história ou a solução do problema, está nas mãos dos Srs. Deputados Federais e Senadores de todos os partidos políticos do Brasil, para que possamos, efetivamente, escolher o futuro Presidente da República.

Os Deputados que aqui estão, são eleitos pelo voto do povo e não acredito que tenhamos um Deputado sequer, favorável à eleição indireta.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Horário reservado à Liderança do PDS, consulto o seu Líder.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Informo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que falará por dez minutos o eminente Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Vale registrar nesta tribuna, a passagem, no dia 15 do mês corrente, a data de aniversário de fundação do Município de Nova Londrina, que completa 29 anos.

Situado na região Noroeste do Paraná, desmembrado do Município de Paranavaí, nasceu Nova Londrina em decorrência do espírito de luta, tenacidade de seus fundadores, aliado à fertilidade e produtividade das terras.

No ano de 1951, um grupo de sonhadores liderados por Armando Valentim Chiamulera, Salim Zaidam, Leopoldo Lauro Bender, Silvestre Dresch e Valdir Bordim, atraídos pelas extraordinárias matas virgens, pelas águas abundantes e fertilidade das terras, resolveram fundar Nova Londrina.

Criou-se uma imobiliária denominada Nova Londrina Ltda; o Governo do Paraná concedeu para exploração e colonização partes das glebas “Areia Branca do Tucum” e “Ribeirão do Tigre”. Iniciaram-se as derrubadas das matas, a construção de ranchos e casas, nascendo assim Nova Londrina, que possui uma área de 11.378 alqueires de terras, com uma população estimada em 20.000 habitantes que dispõem de excelentes recursos, tanto no setor comercial como agrícola.

Uma organização cooperativista, denominada “Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina” — COPAGRA, congregando 1.200 associados, que exploram atividades comerciais, agrícolas e industriais, gerando

inúmeros benefícios à coletividade.

Nova Londrina é uma região agropecuária, composta por 586 propriedades agrícolas, onde predominam as lavouras de café, cana-de-açúcar e produção mista: milho, feijão, arroz e mandioca.

O plantel da pecuária atinge inúmeras cabeças de gado “vacum”, suínos, caprinos e três granjas dedicadas à avicultura.

Convergiram para Nova Londrina, na época de sua colonização, gaúchos, nordestinos, paulistas, mineiros, como também imigrantes de outros recantos do mundo com um só objetivo: a emancipação econômica e financeira daqueles que para Nova Londrina vieram e se fixaram.

Nova Londrina, foi no passado e no presente, uma cidade calma, pacata, um povo hospitaleiro, laborioso, civilizado e unido: são os novalondrinenses, agindo sempre numa união grupal, que fortalece a sociedade, sem discriminação racial ou social.

Desejamos num ato de justiça e gratidão, consignar louvor aos resultados satisfatórios da COPAGRA, que beneficia agricultores associados, com um sistema de financiamento, orientação técnica, etc.

Possui esta um verdadeiro parque industrial, com destilaria de álcool, máquina de beneficiar café, fiação, tecelagem matadouro, açougue, implementos agrícolas, pecuária e uma estação experimental agrícola.

À COPAGRA, Nova Londrina e lavradores, muito devem pelo progresso e desenvolvimento; é comandada atualmente pelo grande líder, empresário, médico humanitário, político, ex-Prefeito, Dr. Olivier Grandene, que graças a um pulso firme no comando seguro da empresa, colhe resultados animadores e futuros.

Ao empresário, ao político, ao médico humanitário, Dr. Olivier Grandene, Nova Londrina e seu povo são gratos e reconhecidos.

Faltaríamos com nosso dever de cristãos, humanos e de sentimentos paranistas, se não externássemos votos de saudades e de louvor “in memoriam” àqueles que tombaram em meio à luta pelo desbravamento e construção do Município de Nova Londrina.

Quantas lágrimas, sacrifícios, decepções, aflições, desesperos, frustrações, desilusões, com suores e sangue derramados, foram vividos pelos heróicos pioneiros que já se foram, tombados prematuramente.

Nova Londrina, terra abençoada que tudo produz, graças à fertilidade de suas terras e laboriosidade de seu povo, que sempre coeso e pacífico, teve a felicidade de eleger eleger como Prefeito Municipal, personalidade marcante e administrador de larga visão, consciencioso, honesto, como é o atual Prefeito Municipal, cidadão Arlindo Adelino Troiam, um gigante com pulso de ferro, que sabe o que quer e prevê os anseios populares, bem como seus antecessores ex-Prefeitos Municipais, Dr. João Alencar Barbosa, Sady Paviani, Miguel de Oliveira Caires, Dr. Sauer Salum, Oscar Tomazoni, Halim Marouiu, Dr. Olivier Grandene, João Soares Fragoso, Avelino Antônio Colla e Edmundo Grabowski. Todos, sem exceção, exerceram seus mandatos eletivos, sem medir esforços, trabalho, dedicação, para implantação de uma infra-estrutura necessária e reclamada pelo município.

Aos ex-Prefeitos municipais, aqui nominados, nossas sinceras homenagens, nosso reconhecimento e gratidão. Nova Londrina muito deve ao profícuo trabalho realizado por todos os antigos batalhadores.

Desejamos homenagear o povo honrado e laborioso dessa terra abençoada que é Nova Londrina. Saudá-lo neste dia significativo, que marca o aniversário do Município, que já desponta como um grande pólo

econômico no futuro do Paraná, enviando um voto de louvor aos bravos vereadores da atual legislatura que são: João Celestino Pires, DD. Presidente da Câmara Municipal. Manoel Bono Belascuzas, Ireno Gregório, Carlos Alberto Bender, Armando Chiamulera, Arnaldo Augusto, João Fernandes de Almeida, Luiz Flávio Ravache e Valdelírio Siqueira Pimentel.

A nossa conclamação e nosso estímulo à luta dos atuais vereadores e a todos os outros de legislaturas anteriores, que em todos os momentos da luta que travam pelo progresso e bem-estar do município, saibam que nesta Casa, estamos confiantes, rezando e torcendo para que vitória seja certa e que escrevam com brilho, inteligência e glória, a história política de Nova Londrina.

Faltaríamos com nosso dever de justiça e de gratidão, se nesta oportunidade não registrássemos e exaltássemos a luta heróica dos pioneiros de Nova Londrina, digna de imitações, cujo trabalho o município muito deve. São eles: Armando Valentim Chiamulera, Salim Zaidam, Leopoldo Lauro Bender, Silvestre Dresch, Valdir Bondim, Avelino Antônio Colla (1.º prefeito eleito), Frei José Bordin (1.º vigário), Dr. Antônio Gomes da Silva (1.º Juiz de Direito), Zelide Breda Ravache (1.ª parteira), Carlos Cheeing, Antônio Bogoni, João Mezaroba, Fioravante José Montagner, Dr. Olivier Grandene (1.º médico), José Peres e Edmundo Grabowski, José Pereira Dias (1.º farmacêutico), Dr. Alonso Canhetti Postigo (1.º Promotor Público).

Nesta data tão festiva e significativa, queremos e desejamos cumprimentar os segmentos representativos da sociedade novalondrinense, as autoridades e ao honrado povo.

Queremos nos parabenizar com esse povo trabalhador, pacífico e unido de Nova Londrina, união que não pode ser esquecida quando se fala nessa cidade. Deve ser ressaltada como um fator marcante do perfil novalondrinense, pois em todos os momentos em que eclode um problema comunitário, sente-se a força da união em busca de soluções satisfatórias; povo que deve servir de exemplo para todos os Municípios do Paraná, como lema de vida comunitária para o bem comum: o dever de esquecer ódios, rancores, paixões políticas e pessoais.

Povo que faz dessa cidade uma promessa de futuro, que trabalha e contribui para que nosso Estado do Paraná seja sempre considerado como uma laboriosa e produtiva unidade da Federação.

Ao encerrarmos, queremos mais uma vez expressar perenes votos de felicidades, desejando que copiosas bênçãos de S. Pio X, padroeiro local, se derramem sobre essa cidade, rogando a Deus eterna proteção ao estimado e laborioso povo de Nova Londrina".

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Tenho o prazer de conceder o aparte ao ilustre líder Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado Francisco

Escorsin, me congratulo com Vossa Excelência, pela feliz iniciativa de saudar o laborioso povo de Nova Londrina.

Na verdade, é um dos municípios onde uma civilização corajosa, destemida e pertinaz, fixou e escolheu um dos recantos do Paraná, para se construir uma cidade pequena, é verdade, mas de gente idealista, de gente boa e trabalhadora.

Vossa Excelência ao consignar aqui mais um aniversário daquela cidade, na realidade, presta uma justa

homenagem ao povo que com Vossa Excelência tenho a honra de representar, nesta Casa de Leis.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN — Agradeço o aparte do ilustre e nobre Deputado e encerro o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto a Liderança do PDS se fará uso dos minutos restantes.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Usará os minutos restantes, o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE — Por dezessete minutos, com a palavra o Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, fazia o Sr. Deputado Sabino Campos, o pronunciamento analisando a Emenda Dante de Oliveira, que será votada no próximo mês.

Sabino Campos ao fazer sua análise, pecou quando taxou o Colégio Eleitoral de espúrio, não dando os motivos, quando elogiou a participação do PMDB em favor das eleições diretas, sem analisar os pecados peemedebistas no decorrer desta fase pré-eleitoral.

Entendemos que o Colégio Eleitoral que deverá eleger o sucessor do Presidente João Figueiredo não é espúrio.

Este Colégio foi concorrido com garra por todos os partidos políticos constituídos na Nação brasileira, e não foge à regra a participação peemedebista nos embates eleitorais de 1982. O jogo foi jogado; sabiam os partidos políticos que nas regras desse jogo, quem fizesse maioria, ficaria com o Colégio Eleitoral na sua maioria.

E o PDS venceu as eleições. O PMDB não se conformou. Se a regra do jogo tivesse sido favoravelmente ao PMDB, estaria tudo correto, tudo normal e por certo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não eram presidenciáveis hoje Paulo Malluf, Aureliano Chaves, Mário Andreazza e Marco Maciel. Seriam outros os presidenciáveis: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro e tantas outras Lideranças do PMDB existentes em nosso País.

Mas, ao perder o jogo, o PMDB diz que a regra não foi certa e as regras não servem porque ele perdeu.

Perdeu-se Sabino Campos em seu pronunciamento, porque antes de fazer uma análise correta e fria, passou a atacar o PDS que deseja o continuismo através da eleição indireta, o que não é verdade. Nossos pronunciamentos aqui na Assembléia Legislativa sempre foram em defesa das eleições diretas, mas, não corremos como eles correm, e em principal Sabino Campos, da regra do jogo.

Nós, no passado, elegemos indiretamente aqui, para Prefeitura de Curitiba, Saul Raiz e Jaime Lerner.

O PMDB que disse mudar tudo, que não aceita um Colégio Eleitoral espúrio, aceitou e elegeu Maurício Fruet, vergonha nacional, por ser Maurício Fruet o ex-Presidente da CONAM, organização criada em defesa da autonomia municipal, de quebra da área de segurança nacional, dos municípios de Estâncias Hidrominerais, e das Capitais de Estado.

Ele, Maurício Fruet, foi o primeiro a renunciar, foi o primeiro a correr das palavras, que falava nos palanques, candidatou-se pela via indireta como Prefeito de Curitiba. E o Colégio Eleitoral quem foi? A Assembléia Legislativa do Paraná, os Deputados do PMDB, então oposição, gritavam alto e em bom som, que o PDS era "vaquinha de presépio", um "cordeirinho", dizia às urnas, para eleger um prefeito pela via indireta.

“Vaquinha de presépio” continuou, e agora o PMDB com mais ênfase. Cordeiros cabisbaixos, nem podendo escolher o candidato de sua simpatia, teve que votar no candidato escolhido por José Richa, para dirigir a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Diga-se de passagem, não temos nada contra o cidadão honrado que é Maurício Fruet, mas temos restrições no seu comportamento político partidário, que prevê eleições diretas, que dizia não aceitar. E os “slogans” de campanha “Richa eleito, eleições para Prefeito”.

Ele sabia que estava mentindo no palanque, porque existia regra de jogo pré-estabelecida. Que o Prefeito é da escolha do Governador do Estado, e eleito pela Assembléia Legislativa do Estado.

Richa empossado, biônico na Prefeitura, foi o que aconteceu.

Ninguém, ninguém me respondeu até agora o porquê de Maurício Fruet na Prefeitura.

O PMDB apenas justifica que teve que cumprir com preceito constitucional, mandando o nome de Maurício Fruet à Assembléia Legislativa.

Não, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se eles fossem corretos, cumpridores das mentiras de campanhas, teriam deixado que o Presidente da Câmara Municipal ficasse na Prefeitura até o retorno das eleições diretas.

Eles dizem mas não cumprem; eles falam sempre mentindo ao povo do Paraná.

E agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se encontra no Congresso Nacional a Emenda Dante de Oliveira corre, o PMDB às ruas num verdadeiro show e não comício nem concentrações...

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência me concede um aparte, Sr. Deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — ... trazendo aos palanques, numa tentativa de atrair o povo, cantores de preferência nacional, artistas de nome nacional, mas eles transformaram os tradicionais comícios em “showmícios”.

O Sr. Ferrari Júnior — Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Eu gostaria, dentro de poucos instantes, sem olhar o relógio.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fosse respeitado o pensamento do povo, que se levasse às concentrações públicas o povo, sem a pressão do divertimento do cantor popular, do artista conhecido pelas televisões que o povo quer ver pessoalmente, se é para divertir o povo que o PMDB faça festa, leve aos palanques apenas os cantores, para levar show e divertimento à população carente e necessária.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência é contra a arte?

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente,

Srs. Deputados, contra a arte, não; contra a malandragem e a corrupção. Onde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi se buscar tanto dinheiro para se pagar transporte aéreo para o Senador que se transformou em “garoto propaganda” do Paraná, abandonar o Senado da República, cadeira que foi eleita pelo povo para legislar, não para se transformar em garoto propaganda, viver nas televisões com o transporte do Governo do Estado, percorrendo o Paraná, iludindo o povo que aqui vive, que aqui sofre, que aqui constrói.

O Sr. Nilso Sguarezi — Falar com o povo é democracia, Excelência.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, peço respeito.

As “vacas de presépio” não querem respeitar o meu pronunciamento.

O Sr. Ferrari Júnior — Dê-me um aparte, Sr. Deputado, pois

eu lhe dei quando Vossa Excelência solicitou. Por que Vossa Excelência não quer dar-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa informa que está com a palavra o Orador que ocupa a Tribuna.

Sr. Deputado Tércio Albuquerque, e solicita aos Srs. Deputados que solicitem o aparte, e o façam, desde que seja permitido.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Onde Sr. Presidente,

Srs. Deputados se arrecada tanto dinheiro, sabendo-se, que quem trará eleições diretas são os Senadores e os Deputados Federais que têm voto no Congresso Nacional. Para se convencer Senadores e Deputados Federais não precisa “showmícios” e “festival de mentiras”, o que precisava é o Senador Álvaro Dias ficar no Senado da República convencendo seus companheiros, não aqui, passeando, mentindo, iludindo com o dinheiro do povo, do desmando do Governo do Sr. José Richa. A tentativa do “showmício” Sr. Presidente, Srs. Deputados é para desviar a opinião pública, que não está vendo cumpridas as promessas eleitorais do PMDB. Deviam cumprir, trabalhar, e não ficar em festivais nos palanques públicos. É revoltante Sr. Presidente, Srs. Deputados, eles não querem nomeação de Prefeito, mas foram para Foz do Iguaçu com toda força na tentativa de fazer o Prefeito de lá. Não votaram no Congresso Nacional em favor das eleições das Capitais. Porque? Porque eles têm as maiores Capitais do Brasil em suas mãos, através dos biônicos e pela força, não pelo voto popular. Concedo ao meu amigo e conterrâneo, Sr. Deputado Alencar Furtado, um aparte.

O Sr. Alencar Furtado — Ilustre Deputado, apenas desejo fazer um reparo ao que disse Vossa Excelência, quando se referiu ao Prefeito Maurício Fruet, de quem tenho o prazer e a honra de ter sido um colaborador, e ter hoje o prazer e a honra de ser seu amigo. Faço o seguinte reparo: vergonha maior para a Nação Brasileira, ilustre Deputado, é um Presidente da República, também biônico e que se diz, ainda, enfasiado do poder. Deveria, por conseguinte, se está enfasiado do poder, e não tem mais respaldo popular, deveria retirar-se para o seu lazer de velhice.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte. Mas, Vossa Excelência, antes de trazer esta explanação ao Poder Legislativo do Paraná, deveria justificar que o PMDB que tanto fala de Colégio espúrio, participou das eleições e concorreu com o Presidente João Figueiredo, apresentando um outro General para ser Presidente da República. O PMDB fala e não cumpre: concorre em todas as diretas que lhe dão oportunidade. O General Euler Bentes, foi candidato de Vossas Excelências também no processo taxado por Vossas Excelências de espúrio, que é o Colégio Eleitoral da Nação brasileira, que nós haveremos de ver o Brasil com o retorno das diretas, mas não iludindo, mentindo e participando daquilo que se fala mal. Como que se engana tanto! É até revoltante. Vossas Excelências já estão perdendo a confiança com o eleitorado do Brasil, e, em especial, com o do Paraná. Porque não aceitariam nada do que está errado, segundo Vossas Excelências. E estão fazendo tudo que se diz errado. E, ainda pior, porque retiram um homem conhecido por todo o País; viajou o País inteiro, dizendo que o PMDB não podia ser Prefeito de Capital, e ele é o primeiro que assume a Prefeitura, deixa o CONAM, traindo os seus companheiros que o elegeram Presidente daquela organização, Eu fazia parte do CONAM. Desde que Maurício Fruet fez esta sujeira, eu me retirei, porque para mim o CONAM não é sério. Para mim não é sério. O próprio Presidente, que mais devia dar respeito a essa organização, traiu os seus companheiros e acabou com o crédito que essa organização tinha em toda a Nação brasileira. Com aparte, o Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior. Muito obrigado, nobre Deputado. Vossa Excelência falava, inclusive, que o PMDB deveria eleger o Presidente da Câmara como Prefeito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Não, deixar no lugar até virem as eleições diretas.

O Sr. Ferrari Júnior — Excelência, o Presidente da Câmara foi eleito Vereador.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — E o Deputado Maurício Fruet foi eleito Deputado. Vossa Excelência quase acabou Prefeito biônico de Foz do Iguaçu. Faltou um empurrãozinho.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Eu agradeço até a sua ajuda.

O Sr. Ferrari Júnior — Se eu pudesse, eu teria ajudado, e seria Vossa Excelência outra vez um grande Prefeito. Foi já, um grande Prefeito e seria outra vez.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — E lhe agradeço a ajuda, fazendo passar a emenda à Constituição, aqui nesta Casa,

Agradeço. Vossa Excelência merece o meu abraço.

O Sr. Ferrari Júnior — Vossa Excelência vem censurando e andou perto de ser um Prefeito biônico.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa que resta um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — E eu dou meio minuto ao meu companheiro que é gente fina e merece. Só que eu tenho um e divido no meio.

O Sr. Ferrari Júnior — Meu caro Deputado, falar e rebater tudo que Vossa Excelência acusou em um minuto, realmente, seria difícil, em outras oportunidades, evidentemente. So lamento a linguagem agressiva que Vossa Excelência tem usado e que não é do seu feito. A mim, me surpreende depois de um ano de mandato, uma linguagem ferina de Vossa Excelência que, sinceramente erra eu não conhecia. Muito obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Eu não tive nenhuma linguagem ferina. Agradei Vossa Excelência por ter-me ajudado no processo de Foz do Iguaçu, lhe dei um abraço de público. Vossa Excelência que não está sendo educado para comigo retribuindo da forma que fiz com Vossa Excelência. Eu disse que tinha apenas um e dividi ao meio com Vossa Excelência, lhe tornei igual comigo, porque estou dono da palavra pelo Regimento Interno da Casa.

Mas, Deputado de Maringá...

O Sr. Ferrari Júnior — Excelentíssima, tamanduá também abraça!

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Não entendi o que Vossa Excelência disse.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osvaldo, Alencar Furtado, devidamente apoiado, constante do

expediente. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alvim Messias, ocorrido no dia 27 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Edgar Chabaud Sampaio, ocorrido no dia 12 de março, próximo passado, nesta Capital. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo Correia da Silva, Vereador pelo Município de Matinhos, ocorrido no dia 12 de março próximo passado. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Antônia Gabardo Maider, ocorrido no Município de Palmeira. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Palmiro Vaccari, Diretor do Jockey Club do Paraná. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Rizzoto, ocorrido no dia 6 de março do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Reverendo José Ferreira Filho, ocorrido no dia 20 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a contratação de um dentista para, através do Posto de Saúde, atender alunos carentes do Município de Sarandi. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação de uma rede de esgoto na sede do Município de Colombo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário do Município de Telêmaco Borba. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine à Radipar, a instalação de uma retransmissora de imagem de TV no Distrito de Diamante, Município de Guaraniaçu. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção da estrada devidamente cascalhada, além de

pontilhões e bueiros, ligando os municípios de Guaraniãçu e Altamira, passando pelo Distrito de Santa Luzia. —

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine de que os alunos que residem distante de suas escolas, seja custeado pelos cofres públicos estaduais. —

Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da matéria intitulada “EU ACUSO” publicada no jornal “Gazeta do Povo”. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando a ampliação das instalações da Escola Estadual Princesa Isabel, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, localizado no Município de Mariluz. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a doação de uma viatura policial, um rádiotransmissor e maior quantidade de combustível para a Delegacia de Polícia do Município de Fênix. — Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo que, com efeito retroativo, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, sejam incluídos no Quadro Próprio do Magistério, os professores efetivos do Projeto Logos II. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação de um escritório local da ACARPA, no Município de Santa Fé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo uma agência do Banestado no Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a instalação do IAPAR, no Município de Umuarama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, à editora “Jornal das Cataratas Ltda.”, pela edição do periódico “Jornal das Cataratas”. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio

Almeida, constante do expediente, solicitando seja suspensa a sessão do dia 25 de abril do corrente ano, data em que o Congresso Nacional vota a Emenda Dante de Oliveira, restabelecendo eleições diretas para Presidente da República. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, visando a regulamentação funcional dos professores aposentados mais antigos do Paraná, que apesar da existência do Quadro Próprio do Magistério, ainda são regidos pela Lei n.º 6174/70. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, visando discorrer sobre o sentido da caríssima expedição brasileira rumo à conquista de espaço, na Antártida. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretária da Educação, encarecendo novo levantamento da necessidade pessoal docente, com a finalidade de, através de Ordens de Serviço, aproveitar-se os professores convocados recentemente por aquela Secretaria de Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários das Finanças e Agricultura e Presidente do Banestado, para que, através de uma linha especial de crédito pela Carteira Agrícola daquele estabelecimento bancário, sejam motivados os agricultores paranaenses no desencadeamento um novo ciclo do café. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a criação de 11 novas agências da Previdência Social no Estado do Paraná, indicando como prioritária no Município de Francisco Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Cultura e Esporte e Presidente da Paranatur, encarecendo auxílio para a promoção do Carnaval de Antonina, que na Páscoa, fará novo desfile das escolas de samba, bem como para que aquele evento seja incluído no calendário turístico do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a instalação de um trapiche na Ilha do Mel. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo a regulamentação do funcionamento de cantinas escolares, em estabelecimentos de ensino público, onde funciona o 1.º grau. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto

Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a instalação do escritório regional da Junta Comercial do Paraná no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso Juranda/BR-369. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, sugerindo que sejam incluídos os currículos da rede estadual de ensino de 1.º grau, obrigatoriedade de matéria sobre noções e sinais de trânsito. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, visando melhorias na Escola Estadual de Corumbataí do Sul - Ensino de 1.º Grau, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo esforços para a construção da estrada devidamente cascalhada, além dos pontilhões e bueiros, ligando Guaraniaçu a Palmital, passando pelo Distrito de Diamante. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando ligação asfáltica na via de acesso do Município de Braganey à BR-277, passando pelo Distrito de Campo Bonito, Sertãozinho e Munhoz da Rocha, Município de Guaraniaçu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/83, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que regulamenta a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da Administração Direta e Indireta do Governo Estadual para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior e dá outras providências. Com Parecer Favorável e Emendas da C.C.J., e Parecer Favorável ao Projeto e Emendas da C.C.J., da C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência. —

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO

O nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, apresenta plano de lei no sentido de disciplinar a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Estado, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior.

Indiscutivelmente a matéria traz em seu bojo aspectos altamente meritórios.

Porém, a existência de farta legislação federal regulamentadora do exercício das profissões de nível superior neste País, nos deixa dúvidas se o presente projeto de lei não irá colidir com diplomas legais superiores, notadamente no aspecto de incompatibilidade e impedimentos para a inscrição de funcionários públicos em Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional.

Nestas condições, quer-nos parecer que necessariamente deve o projeto ser aditado com a seguinte emenda:

PROJETO DE LEI N.º 83/83 EMENDA N.º 01

I — Inclua-se onde couber:

Art.: — Ficam ressalvados dos dispositivos desta lei, os ocupantes dos cargos, empregos ou funções que por força de lei estejam incompatibilizados ou impedidos de se inscreverem nos respectivos Conselhos Regionais ou Órgãos de Fiscalização Profissional. Aprovada esta sugestão, nosso voto é inteiramente favorável à aprovação do projeto, na forma das emendas apresentadas.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI N.º 83/83 EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 02 AO ARTIGO PRIMEIRO

Onde se lê:

“POSSE”
“SÓ SERÁ EFETIVADA COM”
“CONSELHO REGIONAL”

Leia-se:

“INGRESSO”
“SERÁ PRECEDIDA DE”
“CONSELHO REGIONAL E DEMAIS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL”, respectivamente.

O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — O ingresso no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Governo Estadual, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior será precedido de comprovação do registro no Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional correspondente à respectiva qualificação”.
Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

PROJETO DE LEI N.º 83/83 EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 03 AO ARTIGO SEGUNDO

Onde se lê:

“OCUPANTES”
“REGULARIZAÇÃO”
“CONSELHOS REGIONAIS”

Leia-se:

“EXERCENTES”
“PAGAMENTO DA ANUIDADE”
“CONSELHOS REGIONAIS E DEMAIS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL”, respectivamente.

O Art. 2.º passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º — Em julho de cada ano, os exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionadas no artigo anterior, deverão comprovar o pagamento da anuidade perante os respectivos Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, junto ao órgão competente da administração estadual a que estiverem vinculados”.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

PROJETO DE LEI N.º 83/83 EMENDA SUBSTITUTIVA N.º 04 AO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO SEGUNDO

Onde se lê:

"OCUPANTES"

"30 (TRINTA)"

Leia-se:

"EXERCENTES"

"60 (SESENTA), respectivamente.

O parágrafo único do Art. 2º passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único — Os atuais exercentes dos cargos, empregos ou funções mencionadas no Art. 1º desta lei terão o prazo de 60 (sessenta) dias, para a comprovação a que se refere este artigo".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

PROJETO DE LEI Nº 83/83
EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 05
AO ARTIGO TERCEIRO

Onde se lê:

"GOVERNO DO ESTADO"

"CONSELHOS REGIONAIS"

"OCUPANTES"

Leia-se:

"ESTADO"

"CONSELHOS REGIONAIS E DEMAIS ÓRGÃOS
DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL", respectivamente.

O Art. 3º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º — Os órgãos da administração direta e indireta do Estado deverão anualmente enviar, aos Conselhos Regionais e demais órgãos de fiscalização profissional, encarregados de fiscalizar o exercício profissional, a relação nominal dos exercentes de cargos, empregos ou funções para os quais é exigida a habilitação de nível superior".

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1983.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 83/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, o presente projeto de lei tem por finalidade, regulamentar a posse no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Governo Estadual, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto, e emendas apresentadas pelo autor.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos chamada a opinar sobre o mérito do projeto, temos que o mesmo vem estabelecer uma norma fiscalizadora no setor público, com relação ao exercício profissional, de grande proveito para a administração pública no que concerne aos Recursos Humanos.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável ao projeto e emendas, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) ODENI MONGRUEL — Presidente e Relator.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo, ressalvadas as emendas.

Em votação as Emendas n.ºs 01, 02, 03, 04 e 05. —
Aprovadas.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 234/83, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina

"JOSÉ GOMES DO AMARAL", a Escola de 1.º Grau do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, do Município de Ponta Grossa. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo a isentar a "FUNDAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE — FREI", das Taxas de Energia Elétrica, Água e Saneamento, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de Urgência. —

Sobre o mesmo, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, autor do referido projeto, constante do expediente, que solicita a retirada definitiva do mesmo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de moção aos Srs. Deputados Federais e Senadores da República, pela aprovação da Emenda Constitucional Dante de Oliveira (PMDB-MT), que prevê a próxima sucessão presidencial, através de eleições diretas. — Em votação.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na tarde de ontem, quando o Deputado Sabino Campos fazia a sua justificativa encaminhando um requerimento de sua autoria, procuramos apartear-lo para fazer alguns reparos em suas palavras. Achávamos e continuamos achando que o Deputado Sabino Campos desejou atacar a Bancada do PDS, quando ferindo seus colegas de Assembléia, não relatava muito bem a essência do seu requerimento.

Para provar ao Deputado Sabino Campos e aos Deputados do PMDB, votaremos nós, do PDS, favoravelmente ao seu requerimento, por acharmos legítima a sua pretensão de sensibilizarmos o Senado Federal e a Câmara Federal, enfim, o Congresso Nacional, para que vote em favor de uma emenda que traz o retorno às eleições diretas.

Entretanto, continuamos no nosso pensamento, Deputado Sabino Campos, que não é legítimo um festival de "showmícios" que Vossas Excelências fazem no Paraná, gastando dinheiro público; se não dinheiro público, de empresários que têm concessão com o Governo do Estado, num ato de vergonhosa corrupção para com os paranaenses que elegeram o seu Governador e Vossa Excelência.

Somos favoráveis às eleições diretas. Mesmo numa análise fria, não entendemos que ela seja tão urgente quanto é resolvermos o problema econômico nacional.

Como é tirarmos a fome de tantos brasileiros que vivem nos bairros, no desprezo nas favelas mais tristes, para uma pessoa humana e não é trazendo cantores de preferência popular, não é fazendo comício, transformando um direito legítimo que os brasileiros querem, ou seja, o de votar no seu Presidente da República, num festival de mentiras, num festival de promessas, na tentativa de desviar a opinião pública do desmando do Governo do Sr. José Richa com o Secretariado, com os auxiliares despreparados, com homens que só pensam em perseguir e não fazem sequer um ato benéfico para o Estado do Paraná. As obras pararam, o Secretário das Finanças bate

fortemente no peito, para dizer que o Estado do Paraná

hoje está muito bem financeiramente. Mas por quê? Pelo terror fiscal implantado neste Estado, são as empresas à porta da falência, tirando a liberdade dos empresários do Paraná.

Fiquei estarelecido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao chegar em minha região. mais precisamente nos Municípios de Matelândia e Medianeira, empresários ao sentar ao meu lado disseram: "Deputado, o terror fiscal implantado pela força do Sr. Erasmo Garanhão, o "Delfim Netto do Paraná", está acabando com o resto dos empresários do nosso Estado".

Quando o PMDB dizia que a sobrecarga dos impostos lançados pelos Governos anteriores arrebenta com a economia nacional; eles agem diferente, para encher, para superlotar os cofres paranaenses, ter dinheiro e para que este dinheiro, cujas obras não saem, para as eleições futuras, para os comícios, para promoção pessoal do Senador Álvaro Dias.

Sr. Deputado Sabino Campos, o nosso voto é favorável à sua tese, mas o nosso repúdio aos comícios, às mentiras, à demagogia e, acima de tudo, ao terror fiscal que nós vamos analisar futuramente, da tribuna deste Poder.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está em votação. Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão. Aprovado.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem) Vossa Excelência poderia proceder a verificação de votação?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Sabino Campos, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Doze Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83 e 234/83.

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições n.ºs 117 e 118/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SQUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1984.

"EU ACUSO

Iberê de Mattos

Inicialmente, devo esclarecer que o título é cópia do famoso "J'Acuse", de Émile Zola, documento que passou à História como uma magistral defesa no caso de tentativa de envenenamento do liberal povo francês contra os judeus. As atitudes corajosas de homens eminentes devem ser exaltadas e imitá-los é uma honra para qualquer um. ACUSO o Coronel Andreazza de ter insultado, desprezado e humilhado cerca de 100 milhões de brasileiros com sua declaração constante do jornal da última sexta-feira, dia 17 de fevereiro, e que até agora não foi contestada. Disse ele que "o movimento pelas

eleições diretas é um movimento de contestação onde se nota uma grande inspiração comunista, não sendo apenas de comunistas, mas também de comunistas". Que é um movimento contestatório não há dúvida alguma e é só o Coronel procurar no dicionário e verificar que quando se contesta é porque não se está de acordo com uma determinada situação. Ele não poderá negar que os regimes militares se esvaziaram, não somente no Brasil, pelo repúdio popular, e a Argentina é um exemplo bem característico e não se democratizou por inspiração comunista.

O ambicioso Coronel insiste em manter um regime já superado e pretende sufocar a ânsia libertária de um povo que suportou durante vinte anos o domínio do arbítrio. O anticomunismo tem servido de pretexto para os maiores crimes, e até genocídios na América Latina, principalmente na Argentina, Chile e Uruguai, e não se pode esquecer tão facilmente, que o Coronel era um dos líderes da repressão violenta no período mais negro da nossa História. Beneficiou-se com as tragédias de milhares de famílias e de oficial pobre se transformou em milionário distribuidor de favores, geralmente às custas do povo que ajudou a massacrar.

Seria até inoportuno o se recordar o passado, e felizmente não chegamos a ter os espetáculos das "Locas de Mayo", e a incrível estimativa de mais de 30 mil desaparecidos na Argentina. O fato, porém, é que centenas de atrocidades foram cometidas e que pouco ou quase nada se apurou, e a alegação é a de que o atual governo realmente iniciou um processo de democratização no qual não estão sendo punidos, como antes, condenados ou não, os que divergem de um regime contrário aos sentimentos humanistas da nossa gente, que jamais se deixará inspirar pelo comunismo, mas não se conforma com as injustiças, do arbítrio.

Acuso o Coronel de ter a leviandade ou irresponsabilidade de tentar a volta ao clima de terror caracterizado pelo fato de se considerarem de origem comunista todos os movimentos contrários aos erros lamentáveis praticados durante tantos anos de autoritarismo. Nas suas andanças pelo pobre Nordeste, deve ter tido recepções devidamente preparadas, com dinheiro do povo, arrancado através do Ministério do Interior, do qual se serve, descaradamente, como se não tivesse que prestar contas de recursos que somente deveriam ser destinados a minorar o sofrimento daquela gente.

O Coronel criou muitas das chamadas Frentes de Trabalho ou de Mendigos, nos locais que mais lhe convinham e manipulou verbas ao invés de racionalizar a busca de soluções para os problemas de uma região castigada por fenômenos climáticos. É muito fácil chamar de comunistas os seus adversários, mas é impossível afirmar que haviam 400 mil simpatizantes do comunismo na Praça da Sé, em São Paulo, ou considerar como de inspiração comunista a aspiração de cerca de 90 por cento do povo brasileiro.

O Coronel faz uma acusação muito grave ao povo brasileiro e não tente replicar acusando-me também de comunista por ser favorável às eleições diretas e admitir a conciliação nacional através de um candidato de consenso. Isso não pega, pois sou autor de um trabalho com o título "O Exército

e o Comunismo", no qual fixo a aversão dos militares pelos ideais materialistas e que é um reflexo dos sentimentos predominantes nos lares de onde saímos para ingressarmos na Escola Militar. As nossas forças armadas são constituídas, na sua quase totalidade, de elementos provenientes da classe média. E justamente por isso que é visceralmente democrata, não aceitando nenhum regime totalitário, esquerdista, da mesma forma que não aceitou o integralismo direitista fanático, e está revoltada com o fracasso de um regime no qual o Coronel pontificou sempre na cúpula. As suas atitudes são pretensamente demagógicas, mas em essência pretendem esconder o fato de ser sido um dos maiores aproveitadores das facilidades de ausência de leis neste País que coibissem o enriquecimento ilícito de alguns poucos militares.

Os que honram a farda que usam, ou já estão reformados, vivem de seus vencimentos e não querem mais saber de envolvimento das forças armadas na condução do governo brasileiro.

Autoridades militares de alto gabarito deixaram bem claro que chegou a hora de se limitarem à idealista missão de cumprimento de seus deveres constitucionais, em seus quartéis e não devem estar de acordo com o esbanjamento de dinheiro público — que o Coronel vem praticando, imitando o jogo sujo do Malluf, sendo que este vem afirmando que quem paga tudo é a sua mãe (dele). Quem paga no seu caso, Coronel?

Sua candidatura é uma afronta aos propósitos dignos das forças armadas de não mais se envolverem politicamente, e sua ligação com um passado de terror é muito recente, não podendo ser tão facilmente esquecida. Vá para casa. Goze a sua reforma e aproveite o dinheiro que já tem. Vista o pijama que tantos de nós estamos usando na reserva, mas com a consciência tranqüila.

Engenheiro Militar, ex-Prefeito de Curitiba e Escritor".

Correspondência para: Av. Munhoz da Rocha, 263, Curitiba. Tel. 252.3536.